



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUARIAIS E
CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONOMIA
CURSO DE ECONOMIA

JÚLIO CÉSAR LOPES DE BRITO

INDUSTRIALIZAÇÃO E POLÍTICAS BRASILEIRAS DE DESENVOLVIMENTO:
UMA SINTESE DA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 1930, 1950 E 1960 -
COM FOCO NO II PND E LIÇÕES PARA 2022

FORTALEZA

2022

JÚLIO CÉSAR LOPES DE BRITO

INDUSTRIALIZAÇÃO E POLÍTICAS BRASILEIRAS DE DESENVOLVIMENTO: UMA
SINTESE DA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 1930, 1950 E 1960: COM
FOCO NO II PND E LIÇÕES PARA 2022

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Economia, Administração, Atuariais e Contabilidade, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas. Área de concentração: Economia Brasileira

Orientador: Prof. Dra. Inez Sílvia Batista Castro.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B876i Brito, Júlio César Lopes de.

Industrialização e políticas brasileiras de desenvolvimento: Uma síntese da economia brasileira nos anos 1930, 1950 e 1960 - com foco no II PND e lições para 2022 / Júlio César Lopes de Brito. – 2023.
64 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Inez Silvia Batista Castro.

1. II PND. 2. Substituição de importação . 3. Balanço de pagamentos . 4. Petróleo. I. Título.

CDD 330

JÚLIO CÉSAR LOPES DE BRITO

INDUSTRIALIZAÇÃO E POLÍTICAS BRASILEIRAS DE DESENVOLVIMENTO: UMA
SINTESE DA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 1930, 1950 E 1960: COM
FOCO NO II PND E LIÇÕES PARA 2022

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Economia, Administração, Atuariais e Contabilidade, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas. Área de concentração: Economia Brasileira

Aprovada em: / /2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Inez Silvia Batista Castro (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Jacqueline Franco Cavalcante
Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO

Esse trabalho busca mostrar como foi conduzido o II PND pelo então governo Geisel, tendo como foco sua política desenvolvimentista que buscou combater o choque do petróleo na década de 1970, por meio de uma política heterodoxa de investimento e crescimento acelerado, além do Processo de Substituição de Importação que iria alavancar a industrialização e possibilitaria uma menor dependência do setor externo, como também incentivaria as exportações. Mas antes de explicar como o II PND foi conduzido e quais eram seus objetivos, esse trabalho fala um pouco da Substituição Importação da década de 1930 que foi a primeira experiência do país, focada na substituição de bens não duráveis e com intuito de proteger a indústria nascente para produção interna, explica também como o governo respondeu ao choque de 1929, em busca de traçar um paralelo com a década de 1970. Já a década de 1950 também foi analisada, pois o Plano de Metas no então governo JK representou o maior programa desenvolvimentista brasileiro até o II PND, em 1950 também foi utilizando a Substituição de Importação, mas em bens duráveis com a tentativa assim como na década de 1970 de alavancar as exportações. Por último outro importante período foi o PAEG, pois esse possibilitou uma série de reformas importantes que pavimentaram e possibilitou o crescimento acelerado do milagre econômico, como também a aplicação do II PND. Essas ferramentas embasaram ou ajudaram a implementação do II PND, então após entender como foi o processo até chegar o II PND, esse trabalho analisa as metas estabelecidas pelo período e os resultados macroeconômicos alcançados. Para finalizar, o trabalho traça um paralelo importante de como o governo reagiu ao choque do petróleo no II PND e como o governo em 2022 utilizou de políticas macroeconômicas para contornar a elevação do preço do petróleo após a guerra entre Rússia e Ucrânia que elevou o preço dos combustíveis gerando inflação na economia brasileira.

ABSTRACT

This work seeks to show how the II PND was conducted by the then Geisel government, focusing on its developmental policy that sought to combat the oil shock in the 1970s, through a heterodox policy of investment and accelerated growth, in addition to the Substitution Process of Imports that would leverage industrialization and enable less dependence on the external sector, as well as encourage exports. But before explaining how the II PND was carried out and what its objectives were, this work talks a little about the Import Substitution of the 1930s, which was the first experience in the country, focused on the substitution of non-durable goods and with the intention of protecting the industry source for domestic production, also explains how the government responded to the shock of 1929, seeking to draw a parallel with the 1970s. Brazilian developmentalist until the II PND, in 1950 it was also using Import Substitution, but in durable goods with the attempt, as in the 1970s, to leverage exports. Finally, another important period was the PAEG, as this enabled a series of important reforms that paved and enabled the accelerated growth of the economic miracle, as well as the application of the II PND. These tools supported or helped the implementation of the II PND, so after understanding how the process was until the II PND arrived, this work analyzes the goals established for the period and the macroeconomic results achieved. Finally, the work draws an important parallel of how the government reacted to the oil shock in the II PND and how the government in 2022 used macroeconomic policies to circumvent the rise in oil prices after the war between Russia and Ukraine that raised the price of fuels generating inflation in the Brazilian economy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variação do Preço das exportações/importações brasileiras de 1928-1932	13
Tabela 2 – Variação das exportações/importações brasileiras de 1928-1932	13
Tabela 3 - Consumo e Preço do petróleo importado pelo Brasil (1967-1984)	30
Tabela 4 - Balanço de Pagamentos brasileiro 1974-1981 (em milhões US\$)	30
Tabela 5 - Importações por segmentos industriais da economia brasileira entre 1974-1976 (em % do PIB)	32
Tabela 6 - Índices de autossuficiência de energia dos países da OCDE na década de 1970 (em %)	37
Tabela 7 - Perspectiva da economia Brasileira: 1979	46
Tabela 8 - Evolução do PIB real Per capita brasileiro na década de 1970	47
Tabela 9 - Crescimento médio anual esperado na economia brasileira para o período de 1974-1979 (em %)	47
Tabela 10- Produto por setor da economia brasileira entre 1970-1975 (em %) ...	48
Tabela 11- Variação média anual do Crédito no Brasil em dois períodos: início e final do II PND (em %)	49
Tabela 12- Indicadores de variação média da Formação Bruta de Capital Fixo brasileira entre 1970 e 1983	49
Tabela 13- Indicadores macroeconômicos brasileiro do período de 1974-1980 ...	50
Tabela 14- Endividamento Externo brasileiro 1974-1978 (em U\$ Milhões)	52
Tabela 15- Preço do Petróleo internacional em 2022 mês a mês (em U\$)	53
Tabela 16- Preço do Petróleo internacional em 1973 mês a mês (em U\$)	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Balança Comercial Brasileira 1973-1983 (U\$ 10 ⁶)	54
Gráfico 2 - Quantum x Preço dos importados de 1971-1981 (1995=100 US\$) ..	55
Gráfico 3 - Inflação brasileira 1973-1983 (%)	55
Gráfico 4 - Variação do IPCA e dos preços dos combustíveis no Brasil entre janeiro e setembro de 2022 (%)	56
Gráfico 5 - Taxa de Juros SELIC out-2021 a out-2022 (%)	58
Gráfico 6 - Taxa de juros americana (Prime) entre 1973-1983 (%)	59
Gráfico 7 - Dívida externa brasileira entre 1973-1983 (U\$ 10 ⁶)	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PSI	Política de Substituição de Importação
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
BP	Balança de Pagamentos
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
JK	Juscelino Kubitschek
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
PIS	Programa de Integração Social
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
SFB	Sistema Financeiro Brasileiro
FGV	Fundação Getúlio Vargas
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CACEX	Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	INDUSTRIALIZAÇÃO, RESPOSTA A CHOQUES E ESTRANGULAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL – EXPERIÊNCIA BRASILEIRA QUE ANTECEDEU O II PND	12
2.1	A industrialização brasileira após a crise de 1929	12
2.2	Mudança no PSI e Plano de Metas – um projeto desenvolvimentista para economia brasileira	16
2.3	Política de <i>stop and go</i> do PAEG seguida pelo Milagre que possibilitou a implementação do II PND	22
3	DIRETRIZES E OBJETIVOS DO II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	27
3.1	Contexto internacional e político nacional	27
3.2	Dilema enfrentado pela gestão Geisel	27
3.3	Metas do II PND	33
4	PERSPECTIVAS X RESULTADOS DO II PND	46
5	CHOQUE ADVERSO DO PETROLEO EM 1970 x 2022	53
6	CONCLUSÃO	61
	REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

O Brasil passou por alguns planos de desenvolvimento até chegar na década de 1970, onde o então governo Geisel apresentou o que seria um dos maiores projetos de desenvolvimento do Brasil, equiparando-se ao Plano de Metas no objetivo de alcançar a industrialização brasileira, por meio da substituição de importação.

O Brasil das décadas de 1930, 1950 vivenciou a experiência do Processo de Substituição de Importação (PSI) com aumento da diversificação da base produtiva.

Na década de 1930 este processo foi impulsionado pela resposta da política macroeconômica ao estrangulamento externo, sendo a industrialização focada em bens de consumo não duráveis. Na década de 1950, há planejamento explícito do PSI e a ênfase se volta para a indústria de bens duráveis.

Já na década de 1970 o então governo tinha como objetivo atacar o setor de bens de capital, bens intermediários e principalmente energia, pois eram fatores impeditivos para o crescimento da indústria brasileira.

Então, nasce o II PND com essa proposta central, mas com diversos planos sociais e de controle das variáveis econômicas já que o mundo passava por uma crise dado o choque adverso do petróleo que desequilibrou a balança de pagamento dos países dependentes do petróleo, em geral, os países emergentes como o Brasil.

O II PND foi liderado pelo ministro do planejamento Reis Velloso e Mario Henrique Simonsen como ministro da fazenda. O então presidente General Geisel deu total liberdade para Velloso coordenar o projeto, mas como os países estavam passando por um processo de retração econômica por meio de medidas mais ortodoxas, o então ministro Mario Henrique Simonsen teve diversas divergências com a política adotada por Velloso, pois assim como em outros países queria combater a inflação e a dívida pública crescente.

Então foi em meio a uma ditadura militar e a uma crise internacional, que o Brasil implementou seu plano de governo desenvolvimentista heterodoxo, com foco na indústria que propiciasse o mesmo nível de crescimento apresentado no

milagre econômico. “Em 1975, três fatos marcaram os rumos da política de curto prazo: a crise financeira, a queda do crescimento das exportações e aprovação do II PND [...]” (NETTO, apud ABREU, 2014, p.250).

Mesmo em um momento nada propício na economia mundial, o Brasil tinha uma política desenvolvimentista delimitada, então os problemas externos não impediram o governo de enfrentar e dar início a tentativa de aprofundar a industrialização do país e melhorar as situações de gargalos da economia. Com isso, houve investimento em setores prioritários que ajudaram a criação de empresas estatais nas áreas de transporte, energia, comunicação e fortaleceu a indústria de base e bens de capital. Essa política não conseguiu ser efetuada com plenitude visto os problemas externos retratados e um segundo choque do petróleo em 1979, deteriorando de vez o Balanço de Pagamentos (BP).

Essa pesquisa é importante para entender como se constituiu esse período econômico no Brasil com todos seus nuances e poder ajudar a sociedade a compreender como o governo reage a uma situação de choque externo com isso, esse trabalho tem como objetivo entender como se deu o processo de aplicação do II PND e analisar os resultados comparando-os com os objetivos que o governo almejava alcançar nas diversas áreas do programa. Além disso, o trabalho também irá comparar a condução econômica do governo ao choque externo da crise do petróleo, com o choque externo da guerra da Ucrânia que também afetou o preço do petróleo.

Para alcançar o objetivo, no capítulo 2, serão descritos os aspectos históricos que antecederam e propiciaram a aplicação do II PND. No capítulo 3 há a síntese do Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo Geisel juntamente com seus objetivos. Já no capítulo 4 temos a análise dos seus resultados e a comparação com os objetivos para entender se as perspectivas do programa foram alcançadas. No capítulo 5 verifica-se como o governo agiu no choque adverso do petróleo na década de 1970 e em 2022, buscando-se entender quais serão as perspectivas futuras da nação brasileira e pontuar semelhanças e diferenças. Finalmente, segue a conclusão e referências bibliográficas.

2 INDUSTRIALIZAÇÃO, RESPOSTA A CHOQUES E ESTRANGULAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL – EXPERIÊNCIA BRASILEIRA QUE ANTECEDEU O II PND

2.1 A industrialização brasileira após a crise de 1929

O Processo de Substituição de Importação (PSI) caracterizou o Plano Nacional de Desenvolvimento como matéria central e buscou obter o mesmo crescimento econômico que o país vinha tendo no período do milagre econômico, foi iniciado em 1930, quando o então governo Vargas obteve a primeira experiência, como resposta ao choque da crise de 1929.

Entre 1929 e final dos anos 1930 o país encarou uma grande crise internacional que abalou os preços das commodities, assim como aconteceu na década de 1970 com os choques do petróleo. Tal crise dificultou a geração de recursos para financiar as importações de bens industrializados, estrangulando assim a Balança Comercial. Então, com essa crise o país deu início a uma industrialização forçada, pois não tinha recursos para adquirir os bens manufaturados, dada a reduzida capacidade de importação do país. A industrialização do país possibilitou um aumento do PNB em meio à crise como deixa claro Nunes em sua passagem:

Apesar da redução do volume das importações (designadamente das importações de bens de capital, praticamente proibidas entre 1931 e 1937), o PNB aumentou mais de 50% entre 1929 e 1939 e a produção industrial mais do que duplicou neste mesmo período. (...) Este aumento apoiou-se, na primeira metade dos anos 30, na utilização mais intensa da capacidade de produção instalada na década anterior. Simplesmente, o aumento da produção industrial interna acabaria por impor a necessidade de importar mais sobressalentes e produtos intermédios, reforçando deste modo a pressão sobre a limitada (e decrescente) capacidade de importar. Novos bens de consumo eram retirados das pautas de importação, alargando-se o campo aberto a indústria doméstica, que assim ia se diversificando. (Nunes, A.J.A., apud BENATTI 2010, p.62)

De acordo com Nunes (2005) a grande depressão trouxe grandes mudanças na economia global: abalando as atividades econômicas dos países industrializados e conseqüentemente um declínio no comércio mundial, aumentando juros, valorizando o dólar e diminuindo os preços de produtos primários¹. Nessas

¹ Há diversas teorias para explicar a industrialização brasileira na década de 1930. Uma destas ideias é aqui exposta – dos choques adversos. Para ver mais detalhes sobre outros fatores que influenciaram o crescimento industrial no período basta ler: Saes (1989, p. 20-39)

circunstâncias as reservas internacionais do Brasil declinaram e houve uma forte fuga de capital. (CARDOSO; HELWEGE, 1993)

Nesse mesmo período, o Brasil era um país basicamente agroexportador, então sua balança comercial era totalmente dependente do setor primário, principalmente do café. Após a crise da Grande Depressão o preço das commodities reduziu consideravelmente principalmente do café que declinou mais de 60% entre 1929-1933 acompanhada de uma diminuição das exportações, o que levou a não compensar o balanço de pagamentos, tendo um declínio quase total nas reservas de 1929 a 1931. (NUNES, A.J.A., 2005)

Os preços de importação em dólares caíram 27,2% entre 1929-1931 enquanto o das exportações caíram 55% de acordo com a tabela 1, com isso a capacidade de importar sofreu uma deterioração de quase 40%, cenário que ocasionou uma queda de 68,3% no valor das importações, enquanto as exportações declinaram 47% no mesmo período de 1929-1931, como mostra a tabela 2.

Tabela 1 - Variação do Preço das exportações/importações brasileiras de 1928-1932

Ano	Preço das exportações (US\$) 1995 = 100	Preço das importações (US\$) 1995 = 100
1928	10,2	9,4
1929	9,4	8,8
1930	6,2	8,8
1931	4,3	6,4
1932	4,6	5,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, apud Abreu,2014, p.404-409

Tabela 2 - Variação das exportações/importações brasileiras de 1928-1932 (continua)

Ano	Exportações (US\$ 10 ⁶)	Importações (US\$ 10 ⁶)
1927	431,2	335,4
1928	473,9	388,8
1929	460,4	367,7
1930	319,4	225,5
1931	244,0	116,5
1932	179,4	92,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, apud Abreu,2014, p.404-409

Além da crise mundial, também houve uma crise cambial na economia brasileira, que adotou um comportamento restritivo decretando moratórias sucessivas em relação a dívida em moeda estrangeira entre 1930 e 1931. Em setembro de 1931 a situação ficou insustentável e o pagamento da dívida pública externa foi suspenso com a retomada do monopólio cambial do Banco do Brasil. (ABREU, 2014)

De acordo com Furtado (1981), houve muitas mudanças na política cambial, como o abandono do padrão ouro e o controle direto do mercado de cambio por intermédio do Banco do Brasil, preocupado em racionar despesas de importação, evitar a fuga de capital e impedir possíveis especulações. No mercado de câmbio controlado pelo Banco do Brasil a distribuição de cambio deveria atender a critérios de prioridade que privilegiavam por ordem decrescente os seguintes setores: compras oficiais e pagamento do serviço de dívida pública; importações essenciais; outras remessas, incluindo lucros e dividendos, importações em consignação e atrasados comerciais. (ABREU, 2014)

Para o pagamento da dívida externa foram utilizadas as reservas em ouro, deixando cair as reservas em ouro que eram de 150 milhões em 1929 para 10 milhões em 1930. Com a crise cambial do início da década de 1930, a falta de reservas em ouro e a interrupção de capital estrangeiro levou o país a um *funding loan* negociado em 1931 por três anos para consolidar a dívida externa. Por essas circunstâncias a moeda brasileira entre 1929 e 1931 desvalorizou próximo de 50% em relação a libra esterlina. Essa desvalorização amenizou os prejuízos do setor agroexportador, dado a diminuição dos preços das commodities no mercado internacional ocasionados pela depressão de 1929. Já os produtos importados ficaram mais caros reduzindo assim as importações. (ABREU, 2014)

Então, sem recursos e com o elevado preço dos produtos importados devido à desvalorização cambial, os consumidores optaram pelos bens substitutos dos importados. Essa conjuntura levou a um estímulo do mercado interno para a produção desses bens:

Tendo-se mantido em maior ou menor grau o nível de demanda preexistente e reduzido violentamente a capacidade para importar, estava desfeita a possibilidade de um ajuste *ex ante* entre as estruturas de produção e de demanda interna, através do comércio exterior. O reajuste *ex post* se produziu mediante um acréscimo substancial dos preços relativos das importações, do que resultou um estímulo considerável à produção interna substitutiva. (TAVARES, 1977, p. 33)

A partir desse momento, a economia nacional passou a vivenciar uma mudança da sua indústria, pois produtores de café passaram a ser atraídos por maiores lucros do setor industrial e os consumidores que antes importavam agora passaram a procurar por produtos nacionais, dado a proteção nacional da indústria nascente que possibilitava ter preços mais atrativos e concorrer com os importados. Essa política econômica adotada por Vargas contribuiu para manter o nível de emprego. (SKIDMORE, 1996)

Segundo Tavares (1977, p.60), “o movimento de expansão e mudança na estrutura produtiva foi acompanhado com grande sensibilidade empresarial por grande parte dos fazendeiros de café que se tornaram também industriais”.

No início dos anos 1930 o setor da indústria que mais se viu estimulado para produzir e concorrer com os importados, foram as indústrias leves de bens de consumo não duráveis e indústria de bens intermediários pois sua produção não exigia alto grau de especialização e equipamentos de baixa tecnologia, já que a indústria produtiva do país ainda era inicial. (BENATTI, 2010)

Durante toda a década de 1930 esses segmentos de baixa especialização de mão de obra obteve um forte crescimento então como forma de diversificar e aprimorar a indústria nacional o governo de Getúlio Vargas em parceria com os Estados Unidos, responsável por conceder o crédito, no início da década de 1940 deixou um legado estrutural ao sistema produtivo brasileiro, com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda. Essa parceria entre as duas nações fazia parte de um plano de desenvolvimento da América Latina e uma expansão de mercado promovido pelas exportações, objetivado pelos Estados Unidos. O investimento na CSN, permitiu a criação de indústrias intensivas em capital e a realização do PSI de bens duráveis na década de 1950. (ABREU, 2014)

Após a crise de 1929 a produção industrial no Brasil até 1937 cresceu cerca de 50%, enquanto a produção primária cerca de 40%, já o número de indústrias em toda década de 1930 cresceu mais de 12.000, um aumento de cerca de 260%. (LIMA, 1976)

Para obter esses números e conseguir iniciar o Processo de Substituição de Importação, a participação do Estado foi de suma importância para aplicação dessa política. Como a crise de 1929 gerou muitos problemas sociais a década de 1930 ficou marcada como um período de maior participação do Estado, tanto para combater os efeitos da grande depressão, como para iniciar o PSI. Ainda no governo Vargas, em busca de trazer melhorias no âmbito social o governo deixou um grande

legado nos direitos trabalhistas, revolucionando o mercado de trabalho e garantindo direitos trabalhistas para o empregado que antes não havia.

Essa política foi implementada no final do seu governo em 1^o de maio de 1943, por meio da Lei n^o 5.452, garantindo ao trabalho um salário mínimo fixado, jornada de trabalho definida e direito a previdência social, por meio da contribuição do trabalhador. Essa política contribuiu para a qualidade de vida da grande massa, possibilitou a valorização do trabalho e deixou um legado estrutural para o mercado de trabalho brasileiro.

Outro legado da administração Vargas é a orquestração da iniciativa pública do processo de industrialização nas áreas de aço, manufatura e energia, isso ocorre, pois segundo Colistete (2001) as raízes do colonialismo refletiram na fragilidade do capitalismo brasileiro e na iniciativa privada, logo o início do processo de industrialização do país teve que ser orquestrado pela iniciativa pública.

Já no final da década de 1930, o governo, após um longo período de restrição a importação, incluindo bens de produção dada a escassez cambial em moedas fortes, o governo em 1938 passa a beneficiar as indústrias com isenções tarifárias para importação destes bens pois as máquinas já estavam obsoletas e a capacidade produtiva já se encontrava no máximo, então essa política possibilitou a renovação do maquinário e expansão da capacidade produtiva, sendo interrompido pela segunda guerra mundial. (ABREU, 2014)

Draibe (1985, p.100) comenta sobre a política econômica dotada por Vargas no seguinte trecho: “O Estado ao adotá-la estabeleceu de fato uma política de desenvolvimento econômico que contemplava a industrialização entre seus objetivos prioritários” .

2.2 Mudança no PSI e Plano de Metas – um projeto desenvolvimentista para economia brasileira

Um período com forte semelhança ao II PND é o período dos anos 1950 onde tivemos o governo Juscelino Kubitschek que trouxe como projeto de governo o Plano de Metas que, assim como o II PND, era uma política econômica desenvolvimentista que visava o crescimento industrial, por meio do PSI. Assim como em 1970, durante o Plano de Metas o país sofreu com alguns choques adversos como a guerra da Coreia e o início da guerra fria.

O Plano de Metas era um programa de desenvolvimento intencional, pautado nos estudos cepalinos feitos na década de 1940 que objetivava industrializar as economias da América Latina para alcançar o desenvolvimento. Já no quesito substituição de importação o governo JK investiu muito no setor de bens duráveis, enquanto o II PND partiu mais para a substituição de importação dos bens de capital e bens intermediários, mas ambos focaram em áreas prioritárias como a energética e a de transporte.

No início da década de 1950 o então segundo governo de Getúlio Vargas se deparou com um cenário inflacionário devido ao estrangulamento de setores fundamentais como energia e transporte, além da necessidade de importar bens de produção. Então, a medida inicial do governo para enfrentar o problema foi afrouxar as importações, deixar taxa de câmbio sobrevalorizada e aumentar o número de licenças para importação. No entanto esta medida agravou a situação cambial, principalmente em moedas fortes e conversíveis, levando a economia a outro colapso cambial em 1951-1952. A guerra da Coreia agravou o desequilíbrio do balanço de pagamentos, ocasionando um acúmulo em atrasados comerciais. (VIANNA, apud ABREU, 2014)

Diante de tal realidade, é imposta a reforma cambial com a introdução da instrução 70 da SUMOC em 9 de outubro de 1953, que substituiu o sistema de licenças pelo sistema de leilões de divisas com taxas que variavam de acordo com a essencialidade da importação e a possibilidade de produção interna. Essa reforma foi de suma importância para estimular o desenvolvimento da indústria substitutiva de importação, pois protegeu o mercado interno da concorrência dos produtos importados. As taxas cambiais permitiram a estabilização do *quantum* de importação e tornou mais atraente a produção industrial interna de produtos básicos e de matérias primas, já que o preço de importar era muito alto devido aos ágios cambiais. (VIANNA, apud ABREU, 2014)

Em 1951, foi instalada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), tendo como um dos objetivos elaborar projetos de infraestrutura para países de terceiro mundo que seriam financiados com recursos americanos por meio do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e Banco de Exportação e Importação (Eximbank), na busca de eliminar pontos de estrangulamento das economias. Esse trabalho da CMBEU deu frutos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Com a vitória dos republicanos para presidência dos Estados Unidos no final de 1952, muda-se a

política externa americana que passa a se preocupar com a guerra fria e então os financiamentos dos projetos da CMBEU foram suspensos. (VIANNA, apud ABREU, 2014)

Esses investimentos em infraestrutura no início da década de 1950 geraram alguns resultados como, a criação da Petrobrás em 1953 em busca de refinar o petróleo, o Banco do Nordeste, em 1952, que tinha a preocupação de desenvolver a região nordeste e, no setor siderúrgico foi obtido um maior controle da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e além de investir na construção da USIMINAS e COSIPA. Vianna mostra o avanço estrutural da década de 1950:

A tendência geral, que se acelera na segunda metade dos anos 1950, foi a de delegar ao setor público o provimento de insumos básicos (aço e energia, por exemplo) bem como a criação da infraestrutura básica (transporte, comunicações), vital para o processo de industrialização. Dessa forma, o Estado passou a ter sob seu controle: a produção de aço, através das três maiores usinas do país, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Cosipa e Usiminas; a produção e refino de petróleo através da Petrobrás; a produção e exportação de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce; (...) crescente envolvimento na produção de energia elétrica através da CHESF e de Furnas; transporte ferroviário através da Rede Ferroviária Federal; (...) controle e construção de novas rodovias através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e dos departamentos de estrada de rodagem estaduais (DERs), que gerenciavam o Fundo Rodoviário Nacional. (Vianna, Apud Abreu, 2014, p. 166)

Então, todos esses investimentos, além da reforma cambial, o governo também propôs a reforma administrativa, criação de órgãos e novos instrumentos reguladores que possibilitaram por meio dessa maior participação do estado, a implantação do Plano de Metas que gerando um desenvolvimento industrial do período seguinte. (TEXEIRA, 1997)

De forma semelhante ocorreu no período do PAEG que antecedeu o II PND e foi muito importante para sua consolidação.

Em 1956, o Brasil elegeu JK que teve seu governo marcado por grandes transformações econômicas pautadas no desenvolvimento industrial e na forte participação do estado com a promessa de campanha de desenvolver cinquenta anos de economia em apenas cinco anos de governo. Para isso, adotou um programa desenvolvimentista chamado Plano de Metas, traçando prioridades em diversos setores da economia como: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília. O programa possuía 30 metas nesses respectivos setores cujo investimento equivaleria a cerca de 5% do PIB no período 1957-61. (GIAMBIAGI et al., 2011)

Sua política industrializante era guiada pelo estado como coordenador e estimulador do desenvolvimento, criando um clima favorável para empresários e para as entradas de capital estrangeiro. No Plano de Metas havia metas industriais específicas com um plano bem formulado e com mecanismos de coordenação, baseados nas ideias cepalinas.

Para execução do Plano, o Governo adotou uma administração em paralelo com o 1- Conselho Nacional de Desenvolvimento para formular e executar a política de desenvolvimento do país; 2- Grupos técnicos encarregados de estudar e viabilizar projetos, estabelecendo metas específicas. Os técnicos pertenciam a CMBEU, CEPAL, BNDE e FGV; 3- Grupos executivos com função de executar as metas estabelecidas em parceria com setor privado. Faziam parte desse grupo os órgãos: BNDE, SUMOC e CACEX. (FURTADO, 1981)

Dessa forma, estudos e diagnósticos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a Cepal, fundamentaram o Plano de Metas do Governo JK realizou. Esses estudos consistiam em diagnosticar pontos de estrangulamento que impediam o desenvolvimento econômico. Após esse diagnóstico, o estado fazia seus investimentos.

De acordo com Tavares (1997), a Cepal teve o seguinte diagnóstico na América Latina em relação às suas exportações:

Já na América Latina, não só as exportações eram praticamente a única componente autônoma do crescimento da renda como o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia. É certo que a sua ação direta sobre o sistema, do ponto de vista da diversificação da capacidade produtiva, era forçosamente limitada, dada a base estreita em que assentava: apenas um ou dois produtos primários. (TAVARES, 1977, p. 30)

A Comissão Econômica da América Latina e o Caribe - Cepal foi instituída em 1948 e tinha como principal função interpretar as causas do subdesenvolvimento na América Latina, então destacavam como principal fator a relação centro-periferia em que os países que dominavam a tecnologia e o P&D seriam os países do centro enquanto os países exportadores de matéria prima seria a periferia, havendo uma relação de extrema dependência (PREBISCH, 1949, apud BIELSCHOWSKY, 2000). Furtado fala sobre esse atraso da periferia:

A evolução dos termos de intercâmbio tende a ser desfavorável à periferia do sistema - isto é, aos países produtores de produtos primários - e a acumulação continua a concentrar-se no centro, agora transformado num grupo de países em distintos graus de industrialização. (FURTADO, 1974, p. 22)

De acordo com Bastos e Silva (2001), países exportadores de manufaturas, passavam a ser beneficiados pela diminuição do custo de produção dado o avanço tecnológico, enquanto os países periféricos detinham altos custos com a agricultura.

Então, analisando os termos de troca, a Cepal concluiu que após a integração dos países centrais com os países periféricos, aqueles que passassem a importar tecnologia dos países centrais, poderia ajudar no avanço tecnológico diminuindo assim os custos de produção.

Com isso, os cientistas sociais da Cepal acreditavam que a industrialização dos países periféricos reduziria a dependência dos bens manufaturados, aumentaria a renda, o emprego e expandiria o mercado doméstico em toda sua cadeia, captando o progresso técnico e melhorando o nível de vida população. Mas ao contrário do que se imaginava, os países periféricos ao avançarem no seu PSI, passariam, por um processo de dependência de importação de bens capital que substituiria a dependência dos bens de consumo, produzidos pelos países centrais. O Brasil, por exemplo, continuaria refém das exportações de bens primários para a aquisição de bens de capital e bens intermediários. Esse período traria o país mais vulnerável, mais dependente, mais instável e com alta presença de desigualdade até atingir o grau de modernização. (BASTOS; SILVA, 2001).

Tanto a Cepal/BNDE juntamente como a CMBEU diagnosticaram que, no setor industrial os pontos de estrangulamento seriam na indústria de base, nas áreas de transporte, energia, alimentação e educação. Então, para a execução do Plano de Metas, a equipe econômica tinha duas propostas: a primeira seria aliar ao Plano de Metas um plano de estabilização monetário, reforma cambial e cortes de gastos, pois esse era o conselho do FMI, mas não era o desejo do governo, que tinha como plano aumentar a velocidade do crescimento e não de adotar políticas mais ortodoxas que diminuiria o ritmo de crescimento da economia. A segunda opção era executar o Plano de Metas em sua plenitude, buscando atingir as metas na velocidade projetada, mesmo que tivesse que sacrificar a estabilização econômica que procurava corrigir os desequilíbrios orçamentários, o balanço de pagamentos e a inflação. (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, Apud ABREU, 2014)

O orçamento do Plano de Metas ficou dividido da seguinte forma: As áreas de energia e transporte receberam à maior parcela dos investimentos, cerca de 71,3%. Para as indústrias de base, foram previstos cerca de 22,3% dos

investimentos totais. Educação e alimentação receberiam os restantes 6,4% dos recursos totais. Com relação a fonte dos recursos do seu financiamento, distribuíam-se entre o orçamento da União e Estados cerca de 50%, bem como recursos das empresas privadas e estatais 35%, ficando as entidades públicas (BNDE, Banco do Brasil etc.) com os 15% restantes. (GIAMBIAGI et al., 2011)

Já a origem dos recursos externos desdobrava-se entre financiamentos de entidades de crédito internacional e investimentos diretos trazidos em importações sem cobertura cambial (através das permissões da Instrução nº 113 da SUMOC). Cerca de 40% dos investimentos previstos para execução do plano seria reservado para importação de bens e serviços, o que tornou a execução do plano dependente de investimentos estrangeiros. Em 1954, a conhecida instrução 113 da SUMOC, deu ao governo a possibilidade de conceder às entidades públicas e privadas uma série de benefícios, como taxas de câmbio favorecidas para pagamentos de amortização e juros a credores externos, além de serem feitos importações de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial. Com isso, o país conseguiu conquistar mais investimentos internacionais (FURTADO, 1981).

O Brasil conseguiu captar uma forte poupança externa no período entre 1956 e 1961 apresentando uma forte entrada autônoma de capital. Com tais fontes, o Plano de Metas conseguiu realizar de forma satisfatória grande parte de seus objetivos, como a produção de energia, produção de petróleo, ampliação das rodovias e a indústria automobilística. Mesmo não tendo atingido algumas de suas metas, como a produção de carvão mineral, seu desenvolvimento foi de muita importância para indústria brasileira. (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, Apud ABREU, 2014)

O Plano de Metas proporcionou um grande avanço na indústria brasileira, principalmente no que se refere à indústria de base e à introdução de bens de consumo duráveis que foi o setor que norteou a política de substituição de importação do período, como a produção de veículos e eletrodomésticos. Esse setor foi identificado pelo grupo da CEPAL/BNDE como setor de fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento industrial, pois com a proteção à indústria nascente e um estímulo à substituição de importação com políticas tarifárias, seus efeitos foram além das fronteiras do setor e pressionaram a demanda por bens intermediários e o nível de emprego que aqueceria a economia e ocupava a capacidade ociosa. (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, Apud ABREU, 2014)

A política de desenvolvimento econômico de JK foi um sucesso, mas é fato que o Plano de Metas agravou a concentração regional da produção, além de não ter gerado resultados na área da agricultura e na educação básica, tendo reflexos perversos até hoje para a distribuição de renda no país. (GIAMBIAGI et al., 2011)

Com isso, a década de 1950 ficou marcada como um período de grande contribuição para a economia brasileira, como a mudança de prioridade do PSI de bens não duráveis, herdada da década de 1930 pelo avanço do setor de bens duráveis, como por exemplo, o setor automobilístico que obteve expressivos resultados. Além da construção da Petrobras em 1953 e o início da Eletrobrás que veio a ser fundada no início da década de 1960, estabelecendo uma maior independência energética e barateando a energia. Já no setor financeiro, a década deixou o legado do então BNDE que ajudou a financiar os grandes investimentos do governo, como também o desenvolvimento regional. O principal mecanismo de financiamento do Programa de Metas foi a inflação, resultante da expansão monetária que financiava o gasto público e o aumento do crédito, que viabilizou os investimentos privados.

2.3 Política de *stop and go* do PAEG seguida pelo Milagre que possibilitou a implementação do II PND

Por último, outro período de suma importância que antecedeu a aplicação do II PND foi o período de 1964-1973 em que tivemos o período do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) no governo Castelo Branco com principal objetivo de combater inflação e fazer reformas importantes como a tributária e financeira. Essas reformas e a política austera foram importantíssimas para o processo de organização da atividade econômica e uma queda no ritmo de crescimento e da inflação (*stop and go*) para que no período do milagre econômico a economia crescesse na casa dos dois dígitos e assim guiasse a fase do II PND para que o país continuasse no mesmo ritmo, mesmo na presença de grande inflação e de choques adversos.

De acordo com Resende (apud ABREU, 2014), a década de 1960 foi iniciada com uma queda na atividade econômica muito motivada pelo esgotamento do Processo de Substituição de Importações, gerando uma elevada capacidade ociosa da indústria em virtude também do superdimensionamento em algumas áreas

como a automobilística, com a recessão de 1963-1967 esse índice se acentuou, mas com as reformas após 1964 e os investimentos no início da década de 1970 essa capacidade ociosa da indústria foi absorvida. (SUZIGAN, W., 1988)

A indústria foi muito afetada pela falta de estabilidade política e econômica do país, com a presença de uma recessão econômica, inflação alta e ditadura militar. Dado isso, a ditadura buscou a estabilidade por meio de um estado forte e presente.

Podemos ver o estado forte na economia na década de 1960 quando várias empresas estatais de energia se uniram transformando-se na Eletrobras. Além da energia, o estado também passou a ter responsabilidade da telecomunicação, por meio da estatal Embratel que adotou um amplo programa de expansão modernização. Em 1960, o governo também planejou vários investimentos na área da siderurgia, mas, apenas na década de 1970, executaram grandes programas de expansão. (BAER, W., 1979)

Nesse contexto, fica claro a importância do estado na condução do investimento e na responsabilidade das empresas estatais durante o período militar.

Após severa recessão entre os anos de 1963-1967 e as reformas institucionais promovidas a partir de 1964, com o PAEG, a indústria brasileira vivenciou um novo ciclo de grande desenvolvimento e mudanças estruturais no final da década de 1960, levando o estado a desempenhar um forte papel na expansão do mercado interno e na exportação de bens manufaturados. O mundo passava por um bom momento de desenvolvimento econômico, pois desfrutavam de um maior dinamismo do comércio internacional e de uma maior facilidade de investimento e empréstimos do mercado internacional. (RESENDE, apud ABREU, 2014)

As reformas estruturais em 1964 tiveram por foco a estrutura tributária e a financeira. Além dessas reformas, foi criado o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) uma importante mudança que foi introduzida no mercado de trabalho em 1964, mantendo-se em vigor ainda no século XXI. Essa criação, substituiu o regime de estabilidade no emprego, pois era um entrave institucional ao aumento do emprego e conseqüentemente do crescimento econômico. (GIAMBIAGI et al., 2011)

As reformas do sistema financeiro brasileiro (SFB) de 1964-67 tiveram por objetivo, constituir um segmento privado de longo prazo no Brasil. A precariedade do SFB determinava ainda que a emissão de moeda se tornasse uma fonte de financiamento inflacionária, na medida em que os recursos novos criados pelo

governo não retornavam ao sistema sob a forma de poupança financeira, mas, sim, de depósitos à vista (disponíveis para gasto imediato). (GIAMBIAGI et al., 2011)

Para viabilizar esse modelo, foi necessário estabelecer regras claras de funcionamento do mercado de capitais e dotar as instituições financeiras e empresas interessadas no financiamento direto, de condições de acesso a recursos de longo prazo. Quanto à captação de longo prazo, o diagnóstico foi de que tanto a geração, quanto a alocação de poupança no Brasil eram prejudicadas pelo baixo retorno real dos ativos de longo prazo, em um contexto de inflação crescente e juros nominais limitados. As regras de funcionamento do mercado foram estabelecidas numa série de Leis e Resoluções do governo, como a lei de nº 4.357 de 1964.

O PAEG enfrentou o problema do retorno real dos ativos. A opção do governo pelo gradualismo no combate à inflação exigiu, a criação de mecanismos de proteção do retorno real dos ativos, bem como de incentivo à demanda, durante o período de transição para a baixa inflação. Os mecanismos então criados foram diferenciados por segmento de mercado: (1) para os títulos públicos foi criada, em julho de 1964, a ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), que instituiu a correção monetária da dívida pública, com base na inflação ocorrida ao longo de cada período de pagamento de juros; (2) Lei nº 4.595 que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Resoluções posteriores do Bacen autorizaram a emissão de diversos tipos de instrumentos financeiros com correção monetária; (3) Lei nº 4.357 que autoriza a emissão de Obrigações do Tesouro Nacional, altera a legislação do imposto sobre a renda, e dá outras providências; (4) Lei nº 4.380 que Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. (GIAMBIAGI et al., 2011)

De acordo com Lago (apud ABREU, 2014) esses investimentos possibilitaram que o governo Médici, no início da década de 1970 aumentasse o consumo do mercado interno, o qual estava reprimido após a crise de 1964. Esse aumento foi resultado de um avanço na geração de emprego e uma elevação em massa dos salários, além da facilidade do crédito ao consumidor. Conseqüentemente, os setores de bens de consumo duráveis desfrutaram de uma rápida expansão e lideraram o crescimento da produção industrial no período de

1967-1973, formando o período do milagre econômico, liderado pelo então Ministro da Fazenda, Delfim Netto. (GIAMBIAGI et al., 2011)

O crescimento médio anual da economia brasileira entre os anos de 1962-1967 foi de 2,7%, após a política de estabilização do PAEG e os vultuosos investimentos do milagre econômico, o período de 1967-1973 obteve um crescimento médio anual de 13,3%. A expansão. (SUZIGAN, W., 1990)

Na nova fase de investimento da economia brasileira, a formação de capital da indústria foi fortemente subsidiada pelo estado, por meio de: redução das tarifas aduaneiras e impostos que incidiam sobre a importação de máquinas e equipamentos em 1967; subsídio nos financiamentos de longo prazo para investimento industrial concedidos pelo BNDE e; Isenções de impostos concedidas por órgãos regionais de desenvolvimento econômico. Com isso, após 1970, a ampliação do mercado de manufaturados, ocasionados por tais incentivos resultou na expansão da demanda interna e na diversificação dos produtos exportados. (BENATTI, 2010)

A expansão das exportações de manufaturados, foi estimulada por duas medidas básicas: 1- um substancial desvalorização cambial; e 2- criação de novos incentivos e subsídios fiscais e financeiros as exportações. Porém, a expansão das exportações de bens manufaturados foi viabilizada pelo dinamismo do comércio mundial até chegar à crise do petróleo na década de 1970. Então, ao final de 1960 para início da década de 1970, a inflação foi controlada, diminuiu as distorções de preços, adoção de cambio realista, expansão e diversificação das exportações, incentivos fiscais aos setores e regiões atrasadas buscando o desenvolvimento, intensificação do investimento em infraestrutura e a modernização das instituições financeiras. (SUZIGAN, W., 1988)

O sistema de promoção de exportações de manufaturados aplicado desde meados dos anos 1960 acabou por diminuir o sistema protecionista existente desde os anos 1950. Com isso, dada a extraordinária expansão econômica até 1973, a indústria conseguiu eliminar a capacidade ociosa e se lançar ao mercado internacional sem grandes esforços de absorção e desenvolvimento tecnológico uma vez que o comércio internacional era favorável. Já no final do governo Medici com o encerramento da conjuntura internacional favorável o estado adotou a estratégia de manter o crescimento econômico às custas de um maior endividamento externo. (SUZIGAN, W., 1988)

Houve nesse período uma grande importância do governo Castelo Branco na realização de um amplo programa de estabilização econômica que corrigiram as distorções advindas da década de 1950, para então o progresso do milagre econômico até chegar no choque do petróleo em 1973 que elevou o preço da matéria prima no mercado mundial e levou a uma política macroeconômica de endividamento externo para manter o crescimento industrial e do PIB no início dos anos 1970.

Contudo, as reformas institucionais no final dos anos 1960 e os investimentos em setores importantes da cadeia produtiva no início dos anos 1970 possibilitaram o país passar por uma estabilização e corrigir as distorções surgidas após o PSI dos anos 1950 no governo JK. Nesse período, o país passou por uma inflação controlada, foi adotada uma política de câmbio realista, o governo procurou expandir e diversificar as exportações, foram criados incentivos fiscais para regiões e setores atrasados para alcançar a modernização e por último, o governo intensificou seus investimentos em infraestrutura.

3 DIRETRIZES E OBJETIVOS DO II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

3.1 Contexto internacional e político nacional

Após fim do período mais rígido da intervenção militar, conhecido como linha dura, em meados da década de 1970, Médici passa o governo para o então presidente Ernesto Geisel que pertencia ao grupo dos militares mais moderados, liderado inicialmente por Castelo Branco. Geisel, ao assumir, sinalizou governar a partir de um ambiente mais democrático, que solucionaria algumas questões que estavam enfraquecendo o regime, como a primeira questão que era a corrupção crescente no governo e a grande desigualdade salarial entre os oficiais, que ameaçava a integridade da corporação, assim como, sua estrutura hierárquica de poder e prestígio. A segunda questão foi a mudança de política externa americana que reduziu o apoio a regimes militares, após a eleição do presidente Jimmy Carter em 1976. (LUNA; KLEIN, 2016)

Geisel, com um plano de desenvolvimento econômico planejado e com seus objetivos traçados, anunciou a intenção de promover uma abertura “lenta, gradual e segura” do regime. Porém, os militares da linha dura eram contrários a essa mudança. Para não perder o controle do processo, Geisel não podia desafiar os oficiais. Mesmo com a censura, foram descobertos sérios casos de corrupção no governo. (LUNA; KLEIN, 2016)

No campo da política externa, o governo alinhou-se com países latinos americanos, reestabelecendo relações diplomáticas com a China e diminuindo a dependência das relações com os Estados Unidos. Já no campo econômico o governo enfrentava diversos problemas, como o choque do petróleo em 1973 que fez aumentar o preço das commodities e consequentemente das importações, trazendo uma retração no comércio mundial e afetando as principais economias. Enquanto na economia interna o país vinha de um acelerado grau de crescimento e endividamento externo, então para o governo seria fundamental a manutenção do crescimento. (FERREIRA, 2021)

3.2 Dilema enfrentado pela gestão Geisel

O presidente Geisel ao assumir o cargo possuía um dilema a respeito da política macroeconômica adotada, pois, o governo já possuía um plano de governo

desenvolvimentista traçado para manter as taxas de crescimento do período do milagre econômico, mas após o choque do petróleo as economias mundiais partiram para políticas recessivas de acomodação do choque. Com isso, Geisel tinha duas opções como políticas macroeconômicas, uma mais ortodoxa de caráter recessivo e outra mais heterodoxa que se tratava do II PND com o objetivo de obter um crescimento econômico acelerado.

Observando o comportamento das economias desenvolvidas, o governo avaliou que uma política recessiva, naquele momento, para o Brasil, causaria ineficiência e traria um custo econômico e social muito elevado no curto prazo. Já no longo prazo, o II PND significaria a autonomização do processo de desenvolvimento, por meio da substituição de importações com a implantação da indústria de bens de capital que mudaria qualitativamente a balança comercial, passando a exportar bens de alto valor agregado e ajudando a enfrentar o choque impulsionando as exportações. (Boarati, 2003)

O então presidente convocou para o Ministério do Planejamento o economista Reis Velloso, que ficaria à frente do Plano Nacional do governo. Já para a pasta do Ministério da Fazenda, o então presidente indicou o economista Mário Henrique Simonsen que tinha uma tendência mais ortodoxa e assim como Velloso, já tinha participado de governos anteriores, sendo ele o responsável por criar a fórmula de correção salarial do Governo Castelo Branco (1964-1967). Por último, na pasta da Indústria e Comércio, Geisel nomeia o empresário Severo Gomes que trabalharia juntamente com a política de desenvolvimento do Ministério do Planejamento como guia do processo de substituição de importação. (MANTEGA, 1997)

A estratégia de conter a demanda para se adequar ao choque externo, o que significaria a escolha de uma recessão econômica, não era apoiada pelo Ministério do Planejamento representado pelo ministro Reis Velloso, pois, enquanto a população dos países desenvolvidos seria capaz de suportar um processo recessivo pela existência de um Estado de Bem-Estar Social estruturado, em países como o Brasil, com demanda reprimida de inúmeros bens e serviços e necessidade de ampliação do nível de emprego, o custo seria muito mais elevado e grave. (Boarati, 2003)

A ideia do ministro consistia em buscar reduzir os impactos da crise externa sobre a economia brasileira sem que houvesse o comprometimento do crescimento econômico interno, enquanto os demais países se encontravam em

recessão. A estratégia era manter uma política audaciosa de crescimento econômico, como continuidade do modelo brasileiro de desenvolvimento do regime militar. Assim, garantiria que, em futuro próximo, o país alcançasse aqueles países desenvolvidos que, frente à crise externa, decidiram adotar uma política contracionista. (BOARATI, 2003)

A rápida expansão das importações e da dívida externa brasileiras durante o milagre econômico (1968-73) implicou em aumento da dependência externa. O forte crescimento das importações resultou, em mudanças estruturais no perfil de crescimento do período, sendo impulsionado pelo setor industrial na área de bens de consumo duráveis, o que ampliou a dependência externa da economia em relação a bens de capital. (GIAMBIAGI et al, 2011)

O crescimento do período de 1971-73 foi também acompanhado de aumento da dependência estrutural da economia brasileira com relação ao petróleo, cuja participação no consumo total de energia primária, elevou-se de 34% em 1971 para 40% em 1973 (Tabela 3). O consumo aparente de petróleo cresceu continuamente durante o “milagre”, saltando de 21 milhões de metros cúbicos em 1967, para 46 milhões em 1973. No mesmo período, a importação do insumo elevou-se de 59% do consumo interno para 81%. Paralelamente, o aumento da dívida externa ampliou a dependência e a vulnerabilidade financeira externas da economia, já que para cumprir os encargos da dívida seria necessário gerar superávits comerciais, para compensar as despesas financeiras ou captar novos recursos no mercado externo, refinanciando a dívida, de modo a compensar os déficits correntes com superávits na conta de capital. (Giambiagi et al, 2011)

Dada essa dependência de acordo com a tabela 3 o preço médio do barril saltou de US\$2,48 em 1972 para US\$3,29 em 1973 e para US\$11,58 em 1974, subindo gradualmente até US\$13,60 em 1978. Diante do elevado coeficiente de importação de petróleo da economia brasileira à época, esse choque converteu uma situação de dependência externa em um quadro de restrição externa a partir de 1974. Com os novos preços, comprimia-se a capacidade de importação e, conseqüentemente, de crescimento do país. (Giambiagi et al, 2011)

Tabela 3 – Consumo e Preço do Petróleo Importado pelo Brasil (1967-1984)

Ano	Total (Mil M ³)	Importado/Total (%)	Preço do barril no mercado internacional (US\$)
1967	20.688	58,9	1,80
1971	30.500	70,8	2,24
1972	34.986	75,6	2,48
1973	45.804	80,9	3,29
1974	47.333	79,8	11,58
1978	60.919	84,7	13,60
1979	67.514	85,7	30,03
1980	60.772	82,7	35,69
1981	60.370	80,6	34,28
1982	59.692	76,8	31,76
1983	61.128	76,8	28,77
1984	64.029	58,1	28,66

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Estatísticas do Século XX, apud Giambiagi et al. (2011, p. 76)

A Tabela 3 mostra a dependência do petróleo internacional representando em 1967 aproximadamente 59% do petróleo consumido, enquanto em 1980 correspondeu a cerca de 82%. Após os seguidos aumentos de preço, o custo com importação ficou muito alto, tendo que recorrer ao aumento de exportações ou empréstimos para financiar a importação de petróleo.

Já a Tabela 4, mostra o déficit comercial dado esse aumento do *quantum* importado e do aumento do preço do petróleo. Também revela o aumento dos empréstimos e das exportações como forma de financiar o Balanço de pagamentos.

Tabela 4 - Balanço de Pagamentos brasileiro 1974-1981 (em milhões US\$)

Discriminação	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Exportação	7.951,0	8.669,9	10.128,2	12.120,2	12.658,9	15.244,4	20.132,4	23.293,0
Importação	12.641,3	12.168,8	12.383,0	12.023,4	13.683,1	18.083,9	22.955,2	22.090,6
(a) Balança Comercial	-4.690,3	-3.498,9	-2.254,7	96,8	-1.024,2	-2.839,5	-2.822,8	1.202,4
(b) Serviços	-2.432,6	-3.212,7	-3.763,0	-4.019,9	-6.037,2	-7.920,2	-10.152,0	-13.135,2
(a) + (b)	-7.122,9	-6.711,6	-6.017,7	-3.923,1	-7.061,4	-10.359,7	-12.974,8	-11.932,8
Empréstimo e financiamento	6.890,6	6.529,5	7.761,4	8.231,0	13.810,5	11.142,8	10.596,0	15.913,4

Fonte: Adaptado do Boletim do Banco Central do Brasil, apud Dib, 1985, p.50

O choque do petróleo elevou os preços substancialmente, não apenas dos seus derivados, mas também de matérias primas, bens intermediários e de bens de capital o que gerou um déficit comercial de 4,69 bilhões e um déficit em conta corrente de 7,12 bilhões em 1974 de acordo com a tabela 2. Então, o governo pretendia deixar as exportações em patamares mais elevados e conter a importação para gerar saldos comerciais que possibilitassem o pagamento da dívida. Mas a proteção do mercado interno e a promoção das exportações acarretaram alguns problemas, como, pressão inflacionária e ineficiência da indústria e elevação da dívida externa. Giambiagi retrata um pouco da dependência do setor externo e de uma das causas inflacionárias do período:

Diante da significativa dependência do Brasil à importação de petróleo e bens de capital e do elevado endividamento externo do país à época, esses choques condicionaram decisivamente a política econômica brasileira no período de 1974-84, exigindo políticas de ajuste externo. (GIAMBIAGI *et al.*, 2011, p. 74)

Contudo, apesar das condições favoráveis à opção pelo ajuste estrutural em 1974, de acordo com Giambiagi et al. (2011), existia a necessidade de superação da restrição externa e a necessidade de uma política de controle da inflação, pois a mesma permanecia na casa dos dois dígitos e mostrava claros sinais de descontrole. Então, sem a adoção de uma política recessiva, não seria possível, dada a manutenção de um ritmo de crescimento acelerado que causaria excesso de demanda, um eventual controle inflacionário.

Frente o dilema a gestão Geisel decidiu por adotar como ajuste externo o modelo de ajuste estrutural que seria aplicado por meio do II PND, que só seria possível dada a restrita capacidade de importar e exportar daquele momento, mediante novos aumentos da dívida externa brasileira, o que dependia, de forma crucial, das condições de crédito no mercado internacional. (Giambiagi et al., 2011)

Mesmo em um momento nada propício na economia mundial, dado o choque do petróleo em 1973 e uma alta inflação, o Brasil tinha uma política desenvolvimentista delimitada, então os problemas externos não impediram o governo de enfrentar e dar início ao programa desenvolvimentista com a tentativa melhorar as situações de gargalos da economia. Com isso, houve investimento em setores prioritários que ajudaram a criação de empresas estatais nas áreas de transporte, energia, comunicação e fortaleceu a indústria de base como, mineração, exploração de petróleo e siderurgia, além de bens de capital e bens intermediários. (CAVARZAN; RACY, 2011)

Essas áreas foram selecionadas para investimentos, pois eram áreas que a economia brasileira dependia da produção externa ou que retardavam a produção/escoamento e assim restringiam a capacidade de produção interna de bens de consumo duráveis.

A tabela 5 consegue mostrar a dependência da economia brasileira na importação desses bens e a necessidade de investimento nas áreas de produção dos bens de capital e dos bens intermediários, uma vez que possuíam o maior índice de importação dentre todos os segmentos, cuja em 1974 a participação é de 6,19% e 1,99% das importações em relação ao PIB respectivamente, como também o combustível que representou cerca de 2,59%. Vale ressaltar que, como reflexo dos investimentos de curto prazo, essa dependência passou a diminuir ao decorrer do período, com as importações totais saindo de 11,45% do PIB para 8% do PIB.

Tabela 5 - Importações por segmentos industriais da economia brasileira entre 1974-1976 (em % do PIB)

Discriminação	1974	1975	1976
Bens de consumo duráveis	0,16	0,13	0,09
Bens de consumo não duráveis	0,40	0,28	0,25
Bens intermediários	6,19	4,71	3,84
Bens de capital	1,99	2,04	1,48
Combustíveis	2,59	2,23	2,35
Outros	0,12	0,02	0,02
Total	11,45	9,40	8,04

Fonte: Elaboração própria com base Ipeadata, Apud Ferreira, 2021, p. 321

Em meio à crise do petróleo, o II PND avançou com a política de substituição de importação, enfatizando setores capital-intensivo em tecnologia buscando superar a restrição externa e obter um crescimento acelerado, respondendo ao choque. Os investimentos presentes no II PND tinham como objetivo um maior dinamismo econômico após a ampliação dos setores de bens de capital e bens intermediários. Com a subida da taxa de juros e o segundo choque do petróleo em 1979, o governo teve dificuldades para dar continuidade ao Programa de Desenvolvimento, mas o período de investimento de 1975-1979 resultou em uma relevante diversificação da estrutura industrial brasileira que surtiu efeito nos anos 1980, após a sua maturação. Ademais, os investimentos do II PND possibilitaram a obtenção de melhores saldos de balança comercial dada a diversificação das exportações e diminuição da dependência do petróleo. (LAMONICA; FEIJO, 2011)

3.3 Metas do II PND

Ao iniciar o II PND, o investimento público cresce na década de 1970, com o governo realizando inserções nas áreas de energia, transporte, comunicação, urbanização e saneamento básico, além de investimentos em empresas estatais de indústrias de base, principalmente na mineração e na captação de petróleo, siderurgia, química, fertilizantes e na indústria de armamento e aeronáutica. Esse investimento foi em grande parte financiado por recursos externos, por conta da grande liquidez no mercado após a alta do petróleo, já as empresas privadas conseguiam captar crédito subsidiado via BNDE e bancos regionais de desenvolvimento. Durante o II PND, cresceu a intervenção do estado na economia, observado pelo crescimento e consolidação de sua participação em novas áreas, como a rápida revitalização e expansão das estatais como no caso de Vale e Petrobras. O governo Geisel implantou o II PND também com o apoio do financiamento externo:

No plano econômico, o período de 1974-84 marca o auge e o esgotamento do modelo de crescimento vigente no país desde os anos de 1950, isto é, do modelo de industrialização por substituição de importações (ISI), comandada pelo Estado (através de investimentos e crédito públicos) e fortemente apoiada no endividamento externo. Ao longo desse período, pode-se identificar fases bem distintas no comportamento da economia brasileira. (GIAMBIAGI et al., 2011, p. 74)

Para a viabilização dos investimentos Giambiagi explica as formas de financiamento:

Diante da magnitude e do longo prazo de maturação dos investimentos planejados, e da virtual inexistência de mecanismos privados de financiamento de longo prazo no Brasil, a viabilização do II PND dependia, basicamente, de fontes de financiamento público e externo. O primeiro apoiou-se no BNDE, cuja função central no II PND era o financiamento dos investimentos privados, com base em linhas especiais de crédito a juros subsidiados. (GIAMBIAGI et al., 2011, p. 80)

O investimento público do II PND foi financiado principalmente por recursos externos, devido à facilidade da captação de recursos no mercado internacional. Já as empresas privadas, conseguiam recursos, por meio do BNDE, bancos regionais de desenvolvimentos e incentivos fiscais, com base em linhas especiais de crédito a juros subsidiados. Para o setor privado também havia subsidio do estado, por meio da redução de tarifas aduaneiras e impostos que incidiam sobre máquinas e equipamentos. (BENATTI, 2010)

O crédito subsidiado implícito concedido pelo BNDE era destinado principalmente para o financiamento agropecuário e para exportações.

Durante a década de 1970, o governo tornou-se mais intervencionista na economia em comparação com início do regime militar, sendo um grande parceiro do desenvolvimento, já que os investimentos estatais eram apoiados pelo orçamento público, financiados por recursos do orçamento (impostos) e por empréstimos externos captados pelas empresas estatais, como a Vale e a Petrobras, impactando no aumento de produção e exportação dessas empresas. (BENATTI, 2010)

O II PND foi implantado em um cenário de alto custo de matéria prima e uma elevada liquidez mundial. Durante a década de 1970, as condições de crédito se tornaram favoráveis, pois havia uma ampla liquidez no mercado externo, alimentada pelos petrodólares. Como os bancos europeus e americanos apresentavam uma grande liquidez, esses expandiram o seu crédito por meio de baixas taxas de juros. Entre 1974-1975, as baixas taxas de juros internacionais ajudaram a financiar o ajuste e a aplicação do programa de desenvolvimento em busca de superar os desequilíbrios externos. (Ferreira, 2021)

O II PND por meio da substituição de importação, tinha como principal objetivo melhorar a estrutura industrial nacional, tornar o país menos dependente do setor externo em alguns setores e gerar capacidade de exportação de insumos básicos, potencializando os investimentos estatais no setor de bens de capital e de bens intermediários, por meio de divisas originadas das exportações e empréstimos de bancos internacionais.

O que justificava a assunção dos custos dessa deterioração adicional nas contas do BP eram os efeitos benéficos esperados na segunda etapa — isto é, a partir da década de 1980. Eram eles: (1) avanço na ISI, que se manifestaria pela redução do coeficiente de importação de bens de capital; (2) redução da dependência externa em relação ao petróleo; e (3) aumento da capacidade exportadora do país, acompanhado de diversificação da pauta de exportações, em favor dos bens manufaturados e semimanufaturados (reduzindo, portanto, o peso relativo dos bens primários). (GIAMBIAGI *et al.*, 2011, p. 74)

Ao longo do II PND, foi de suma importância o incentivo às exportações de manufaturados e o controle das importações em busca da geração de saldos comerciais suficientes para atender o serviço da dívida externa. Dessa forma, o sistema de proteção ao mercado interno e de promoção as exportações foram ampliadas, trazendo implicações como evasão de recursos, pressão inflacionária e ineficiência da indústria nacional.

Dado isso, o restante do tópico 3.3 tem suas informações alicerçadas diretamente ao documento do II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1974-1979, desenvolvido pela equipe econômica do governo Geisel e publicado em 1973.

Esse estudo tinha o intuito de construir uma economia industrial moderna e superar desequilíbrios sociais, que o País, no esforço de obter uma maior sintonia com a economia mundial, se viu desamparado pela conjuntura internacional negativa. Então o governo elaborou o II PND (1974) para alcançar uma sociedade desenvolvida traçou alguns objetivos dadas as opções nacionais, como:

- Manter o crescimento acelerado dos últimos anos, com taxas de aumento das oportunidades de emprego da mão de obra superiores às da década anterior;
- Dar continuidade à Política de contenção da inflação pelo método gradualista.
- Manter em relativo equilíbrio o balanço de pagamentos;
- Realizar política de melhoria da distribuição de renda, pessoal e regional, simultaneamente com o crescimento econômico;
- Preservar a estabilidade social e política, assegurada a participação consciente das classes produtoras e dos trabalhadores;
- Realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade da vida, e, em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do País.

O governo possuía algumas opções básicas de instrumentos eficazes para obter uma economia competitiva, mesmo sabendo que poderia afetar desfavoravelmente outros objetivos nacionais. As opções presentes na estratégia do II PND. eram, principalmente:

- Adotar um regime econômico de mercado, como forma de realizar o desenvolvimento, com ação norteadora e impulsionadora do setor público.
- Aceleração do desenvolvimento de certos setores, de estruturas empresariais, como a criação de grandes empresas, através da política de fusões e incorporações. Há necessidade de compatibilizar tal orientação com a política de distribuição de renda.

- Ajustar as multinacionais à estratégia nacional. Em busca de absorver, complementarmente ao esforço interno, poupança, tecnologia e capacidade gerencial externas.
- Uso de tecnologia industrial moderna, como forma de adquirir poder de competição, nos setores industriais e de infraestrutura.
- Incorporação à economia de mercado, utilizando todo espaço geográfico brasileiro, ao invés de realizar um modelo confinado em áreas já ocupadas.
- Realizar simultaneamente a manutenção do crescimento acelerado com a distribuição de renda.

Para conseguir realizar o II PND o então governo adotou ações para alcançar o desenvolvimento, com investimento nas áreas consideradas estratégicas pelo governo. Mesmo ciente das dificuldades para manter o crescimento acelerado como nos anos do milagre, caminhou progressivamente na perspectiva de uma normalidade no cenário mundial. Com isso, o programa explorou novos caminhos e alternativas para vencer a crise.

No campo econômico, o programa iria proporcionar ao setor privado os recursos necessários aos importantes programas de investimento da Indústria, em busca de expandir a capacidade produtiva nos setores de: Mineração, Agropecuária e Agroindústria. O Comércio deveria, também, se modernizar, em alguns setores, adquirir escala, sob a forma de novas estruturas de comercialização. Na Infraestrutura, a maior ênfase seria nos Programas de Energia (principalmente Petróleo), Ferrovias, Navegação e Portos com foco para escoamento das exportações.

Como forma de consolidar a industrialização e o modelo de uma economia competitiva o Plano de governo apresentado ao congresso estabeleceria um investimento de aproximadamente 716 bilhões de cruzeiros (R\$ 3 trilhões ajustados pelo IGP-DI para valor presente) nas áreas de Indústrias Básicas, Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Infraestrutura Econômica. A fim de aumentar a capacidade produtiva e de acelerar a substituição de importações em setores básicos, o plano iria condicionar a realização de investimentos de cerca de 300 bilhões de cruzeiros (R\$ 1,25 trilhões ajustados pelo IGP-DI para valor presente) no quinquênio de acordo com II PND (1974).

Para alcançar esses resultados na década de 1970 o governo adotou algumas tarefas como a de ajustar sua estrutura econômica a situação de escassez do petróleo para o novo estágio de evolução industrial. Tal mudança implica nas Indústrias Básicas, setor de Bens de Capital e o de Eletrônica Pesada, assim como o campo dos Insumos Básicos, a fim de substituir importações e, se possível, abrir novas frentes de exportação. (LIMA, 2011)

O Programa tinha como propósito central vencer o subdesenvolvimento, obtendo conquistas econômicas e sociais. Então a equipe econômica avaliou que o período seria marcado pela situação internacional, principalmente quanto a crise energética.

Já que o mundo passava por uma crise energética devido à crise do petróleo, para gerar energia para essa sociedade cada dia mais urbanizada, o país situava-se em uma posição menos desconfortável em relação a outros países emergentes, pois de acordo com II PND (1974) a produção de energia elétrica dependia pouco do petróleo, cerca de 10% apenas. Enquanto sua produção de energia estava ligada fortemente a fontes hidráulicas, proporcionando ao País perspectivas de desenvolver poder de competição, mundialmente, com relação a processos industriais intensivos de energia elétrica.

Já no tocante ao uso para transporte e como matéria-prima para a indústria química, era grande a dependência do Brasil em relação ao petróleo. O petróleo e o gás respondiam, por cerca de 48% do total da energia que o Brasil consumia, cabendo 3% ao carvão mineral, 24% à energia elétrica e os restantes 25% à lenha e a resíduos vegetais. Enquanto para o mundo, em 1970, o petróleo representava 63% e o carvão 35% da energia consumida em média.

O Brasil na década de 1970 conseguia produzir 60% da energia consumida internamente enquanto precisava importar 40% das suas fontes de energia, sendo que a maior fonte era o petróleo. Para comparar, no mesmo período, segundo dados da OCDE, os índices de autossuficiência de seus diferentes países-membros estão na Tabela 6:

Tabela 6 - Índices de autossuficiência de energia dos países da OCDE na década de 1970 (em %)

Países	Petróleo	No total de energia
Japão	-	11%
Itália	6%	15%
França	5%	22%
Reino Unido	2%	53%
Alemanha	7%	51%
Canadá	98%	110%
Estados Unidos	74%	89%

Fonte: Adaptado a partir de dados do II PND (1974)

O Brasil importava mais de dois terços do petróleo consumido, então com a crise do petróleo, este passaria a ser um setor fundamental de estratégia nacional. Com isso o governo pretendia atender toda a demanda interna essencial de energia com a produção nacional e assim reduzir a dependência energética em relação a fontes externas de energia. Todo esse esforço vinha somado com uma política de diminuição do consumo de petróleo, principalmente nos transportes: política de preço da gasolina sem qualquer subsídio, criação de sistemas de transporte de massa, eletrificação de ferrovias, adição de álcool à gasolina e eliminação de desperdícios.

Dado isso, o plano tinha que enfrentar a crise energética sem sacrificar o crescimento acelerado, pois não teria como crescer sem aumentar a oferta de energia. Para isso, o governo colocou em seu plano que seria prioritário reduzir, dentro do setor de energia, a dependência em relação ao petróleo, em busca de economizar petróleo, para utilização em transporte, além de reduzir, no total do consumo de petróleo, a parcela importada.

○ Plano nacional de desenvolvimento (1974) previa a redução da dependência em relação a fontes externas de energia, fazendo um programa maciço de prospecção e de produção, elevando os investimentos, nesse setor, que foi de 8 bilhões de cruzeiros (R\$ 34,3 bilhões ajustados pelo IGP-DI para valor presente), no período 1970-1974, para 26 bilhões de cruzeiros (R\$ 102 bilhões ajustados pelo IGP-DI para valor presente) no quinquênio. Esse montante, representava 225% de aumento, em termos reais, e poderia ser elevado em função da captação de recursos adicionais e da disponibilidade de equipamentos especializados. O programa total de investimentos em petróleo, no quinquênio, seria de no mínimo, 56 bilhões de cruzeiros (R\$ 240 bilhões ajustados pelo IGP-DI para valor presente), e haveria esforço especial de reduzir o prazo entre a descoberta de um campo e o seu início de exploração comercial, aumentando assim a produção nacional no consumo.

Esses investimentos feitos pelo programa teriam a perspectiva de elevar a produção interna de petróleo, somente à base dos campos já descobertos. Além disso, o País afirmaria o seu poder de competição em indústrias altamente intensivas em energia elétrica, inclusive para exportação, tendo em vista seus amplos recursos em hidroeletricidade. Ao mesmo tempo, o Plano previa a execução de programa de pesquisas relacionado com novas fontes de energia,

acompanhando os progressos mundiais especialmente com relação à economia do hidrogênio e à energia solar.

A segunda linha de ação do II PND (1974) seria a diversificação das fontes internas de energia, e a substituição do petróleo por outras fontes, por intermédio de:

- Programa de Eletrificação de Ferrovias;
- Política de deslocamento dos transporte de grandes massas para os setores ferroviário, marítimo e fluvial;
- Execução, nas áreas metropolitanas, de Programa Nacional de Transportes Coletivos, através de coordenação entre a União e os Estados e Municípios.

Para diminuir a quantidade de Petróleo importado, o governo decidiu adotar políticas que contivessem o consumo e investiu recursos em outros tipos de combustíveis como:

- Produção de álcool, para adição à gasolina;
- Ampliação do uso do carvão, para fins industriais, principalmente;
- Política realista nos preços de derivados de petróleo, na linha atual, de eliminação do subsídio;
- Adoção, progressivamente, de tecnologia poupadora de energia, particularmente na indústria e em áreas de infraestrutura;
- Redução dos limites de velocidade de veículos, em áreas urbanas e nas estradas. Como também onerando a tributação sobre os veículos de lazer (barcos e lanchas), além de punição a ônibus ou caminhões de motor desregulado, estímulo aos veículos com melhor rendimento de combustível.

Com o objetivo de fugir da crise energética, o Plano continuou adotando medidas que já vinham sendo aplicadas, como: 1- Emprego intensivo de energia de origem hidroelétrica na produção de bens que exigiam alto consumo de energia elétrica, visando à substituição de importações, mas, principalmente, à exportação, aproveitando a vantagem do baixo custo e do nosso imenso potencial de energia hidráulica; 2- Programa de Carvão orientado no sentido de expansão e modernização da produção, incluindo: pesquisas para utilização do carvão como matéria-prima, para elaboração de produtos industrializados, inclusive gasolina.

Além disso, adotou também novas medidas de ação para substituição do petróleo na produção de energia como: Desenvolvimento de Programa de Pesquisa de Fontes Não Convencionais de Energia e não poluidoras, com financiamento do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), voltado principalmente para geração de energia, por meio do hidrogênio e da energia solar.

O II PND (1974) também atacou a área da política científica e tecnológica que tinha como propósito o desenvolvimento Científico e Tecnológico, e primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação, que contaria com recursos de aproximadamente 22 bilhões de cruzeiros (R\$ 94 bilhões ajustados pelo IGP-DI para valor presente). Esse investimento serviria para atualizar a tecnologia do grande número de setores, e de fazer adaptações de tecnologia, que viabilizaria executar projetos, com esforço próprio de inovação tecnológica.

Na área de integração nacional o II PND (1974) destinaria 165 bilhões de cruzeiros (R\$ 692 bilhões ajustados pelo IGP-DI para valor presente), em que desse valor o Nordeste, receberia 100 bilhões de cruzeiros (R\$ 428 milhões ajustados pelo IGP-DI para valor presente), procurando crescer a taxas superiores às do resto do País, para reduzir o hiato existente. Na área industrial, além da construção do Polo Petroquímica da Bahia, seria implantado um Polo de Fertilizantes e um Complexo Metalmeccânico e Eletromecânico. E por último na agropecuária, seria executado o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas e o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste.

Para realizar as tarefas do programa que foi criado com a estratégia de desenvolvimento social, teria um Orçamento Social da ordem de 760 bilhões de cruzeiros (R\$ 3 trilhões ajustados pelo IGP-DI para valor presente), no quinquênio, que de acordo com II PND (1974) seria investido nos seguintes campos de atuação: 1- Conjugação da Política de Emprego com a de Salários, para permitir a criação progressiva da base para o mercado de consumo de massa. Isso criaria, no período, cerca de 6,6 milhões de empregos novos; 2- Política de Valorização de Recursos Humanos, para qualificação acelerada da mão de obra, aumentando sua capacidade, de obtenção de maior renda, através da Educação, Treinamento Profissional, Saúde, Saneamento e Nutrição. Para isso seriam investidos o valor de R\$ 1,1 trilhões; 3- Programa de Desenvolvimento Social Urbano (transportes coletivos e outros), no total de 110 bilhões de cruzeiros (R\$ 471 bilhões ajustados pelo IGP-DI para valor presente); 4- Política de Integração Social, com adoção do mecanismo para suplementar a renda, a poupança e o patrimônio do trabalhador

(PIS, PASEP, política de habitação) bem como a ampliação do conceito de previdência social. Para isso seriam necessários recursos no valor de 384 bilhões de cruzeiros (R\$ 1,6 trilhões ajustados pelo IGP-DI para valor presente).

O II PND (1974) propunha uma integração com a economia internacional por meio da valorização da conquista de mercado externo de manufaturados e produtos primários, em busca de manter sob controle o déficit da balança de pagamentos. Outro esforço do Plano era fazer uma política de diversificação das fontes de financiamento advindo do mercado externo e do investimento direto estrangeiro.

Mesmo com um expressivo crescimento industrial, uma redução do desemprego, aumento do PIB e uma elevação do PIB *per capita*, após o início da ditadura militar o Brasil continuava a se situar globalmente como um país pobre. O país ainda sofria com os desafios do subdesenvolvimento da região nordeste, baixos índices na qualidade educacional, setores como o de saúde com baixos índices de assistência médica e deficiência nos serviços básicos das áreas metropolitanas, como por exemplo o de transporte público. Dados os resultados econômicos do país a qualidade de vida da população não melhoraram e os problemas sociais passaram a ser uma das pautas principais no Plano de governo, pois o governo Geisel acreditava que esses problemas poderiam ser resolvidos por meio de planejamento e capacidade executiva sem impactar o processo de crescimento econômico.

Juntamente com o processo de substituição de importação o II PND tinha em seu plano a estratégia de gerar uma maior integração nacional entre as regiões. Para isso criou o novo e poderoso polo de desenvolvimento, por meio da fusão Guanabara-Estado do Rio de Janeiro, para que, um melhor equilíbrio econômico-geográfico se estabeleça no triângulo São Paulo-Rio-Belo Horizonte. Ao lado disso, o Plano tinha como prioritário na integração nacional a ocupação do subcontinente Amazônia-Centro Oeste.

No que tange a estratégia de desenvolvimento social, o Plano deixou claro que havia a necessidade de uma melhor redistribuição de renda e não deixar a melhoria da renda a cargo somente do crescimento econômico. O Plano acreditava que o crescimento rápido era essencial para aumentar a renda da população e conseqüentemente seu consumo, além do aumento de investimentos. Mas deixando o crescimento a cargo da evolução dos fatores de mercado não aconteceria uma boa distribuição da renda e a solução a cargo somente do crescimento não causaria a melhoria de bem-estar social tão rapidamente.

Então o governo avaliou que os indicadores usuais de concentração de renda, eram insuficientes para orientar a formulação da política de distribuição de renda e que a estrutura de distribuição de renda no Brasil é semelhante à de países latino-americanos e países subdesenvolvidos.

Dada essa dificuldade, o Plano primeiro analisou o que estava por trás desses indicadores, localizando, no amplo quadro da política de desenvolvimento, as suas causas, e se os fatores de concentração tendiam a permanecer ou se eram temporários. E o plano concluiu que após o início do período militar houve uma melhoria da renda em todas as classes, mas as classes mais baixas cresceram menos, com um aumento da desigualdade e da má distribuição de renda. Essa concentração está ligada ao fato de que o setor industrial aumentou substancialmente a sua participação na economia. Nesse setor, a renda é mais desigualmente distribuída, embora seu nível seja muito mais alto e tenha ele respondido pelo grande dinamismo econômico do período imediatamente anterior ao II PND.

Após isso, o Plano trouxe o entendimento que apenas os dados de renda não conseguiam captar os diversos benefícios indiretos com caráter redistributivo, como educação gratuita, saúde e previdência. Por esse motivo, era de suma importância o investimento no desenvolvimento regional, pois a região nordeste apresentava o maior índice de pobreza, além da área da agricultura que possuía a mais baixa renda do sistema produtivo.

Levando em consideração esses aspectos, o II PND (1974) elaborou uma estratégia dinâmica, capaz de garantir crescimento e medidas redistributivas, simultaneamente para diminuir a pobreza.

Então o Plano propôs:

- Aumentar substancialmente a renda real para todas as classes, mas era importante que as classes trabalhadoras fossem amplamente atendidas melhorando as oportunidades, econômicas e sociais.
- Reduzir substancialmente a "pobreza absoluta", ou seja, famílias com nível de renda abaixo do mínimo admissível quanto a alimentação, saúde, educação, habitação.

Para atender a esses objetivos, seriam executadas, políticas sociais com objetivos próprios. Como:

- Conjugação da Política de Emprego com a Política de Salários, para permitir a criação de consumo em massa. Por meio de: 1- Política de emprego capaz de expandir as oportunidades de emprego da mão de obra a taxas acima de 3,5% ao ano, isto é, consideravelmente superiores ao crescimento da oferta de mão-de-obra disponível (estimada em 2,9% ao ano); 2- Política salarial que garanta, através dos reajustamentos salariais anuais, o aumento dos salários médios reais, com a incorporação da taxa de elevação da produtividade.
- Política de Valorização de Recursos Humanos, compreendendo, no Orçamento Social, investimentos no valor de Cr\$ 267 bilhões (R\$ 1,12 trilhões ajustados pelo IGP-DI para valor presente), no período 1975-1979, em Educação, Treinamento Profissional, Saúde e Assistência Médica, Saneamento, Nutrição. Tal política permitiria a qualificação acelerada da mão de obra, elevando sua produtividade e sua capacidade de geração de renda, e facilitando sua mais rápida assimilação pela moderna economia de mercado.
- Política de Integração Social, com recursos no montante de Cr\$ 384 bilhões (R\$ 1,61 trilhões ajustados pelo IGP-DI para valor presente), compreendendo: 1- A ação dos mecanismos destinados a suplementar a renda, a poupança e o patrimônio do trabalhador, como a adoção do PIS-PASEP, e a política de habitação; 2- A ampliação do conceito de previdência social para, abrangendo progressivamente novas categorias da população, especialmente as situadas nas faixas de maior pobreza; e 3- A progressiva universalização da legislação do trabalho.
- Política de Defesa do Consumidor, para assegurar preços mais baixos nos produtos de consumo básico. A produção industrial e de outros setores deveriam ter preocupação nítida com o bem-estar do consumidor.

No que tange à integração com a economia internacional, o II PND (1974) montou sua estratégia condicionada, na necessidade de atender aos novos desafios decorrentes da situação mundial e conduziu a política de balanço de pagamentos em busca de evitar excessivo déficit em conta corrente, para que seu valor (correspondente à poupança externa) não ultrapassasse, 20% do investimento fixo

realizado no País. Com isso os investimentos seriam financiados pela poupança interna para conter o crescimento muito rápido do endividamento externo.

O II PND (1974) tinha uma perspectiva de crescimento das exportações a taxas anuais um pouco superiores a 20%, e taxas menores de importação que gerassem o superávit comercial. Com esse resultado, ajudaria o comércio exterior brasileiro, em 1979, a superar o nível de US\$ 40 bilhões. Isso se daria pela abertura comercial que o país adotaria, pois acreditava que o protecionismo naquela situação mundial, apenas levaria à queda do crescimento, em áreas desenvolvidas e em áreas pobres.

Para realizar a política de integração internacional, o governo desenvolveu estratégias externas, nos campos principalmente de comércio, investimentos, cooperação financeira, tecnologia e transportes. Isso seria feito por meio de parcerias internacionais com os americanos, países do Mercosul e da América Latina, com os continentes europeu e africano, com o Japão, União Soviética e com a China. Essas parcerias melhorariam o comércio, os investimentos e valorizariam as instituições.

Seria dada continuidade também à diversificação em relação às fontes de financiamento externo, de investimento direto e de fornecimento de equipamentos e insumos básicos ao País, para fortalecer a capacidade de exportação, ou de substituição de importações. Quanto aos insumos básicos, além do esforço de diversificação das fontes de suprimento, foi feito investimentos, em empreendimentos binacionais.

Para dar continuidade à política de exportação e assumir uma maior importância, na manutenção do relativo equilíbrio na situação global do balanço de pagamentos, seria mantido a orientação de fortalecimento das duas novas grandes categorias de exportações - manufaturados (com participação já era superior a 30% no total das exportações) e minérios/produtos agrícolas não tradicionais. Para incentivar as importações, o Governo daria inteiro apoio ao sistema de incentivos fiscais, em que a preocupação fundamental seria liberar de impostos as exportações de manufaturados.

Na Execução do Programa Ampliado de Energia Elétrica, o II PND (1974) destinaria um valor de aproximadamente 200 bilhões de cruzeiros (R\$ 857 bilhões ajustados pelo IGP-DI para valor presente), que realizaria, um aumento de cerca de 60% na capacidade instalada de geração, além das correspondentes expansões nos sistemas de transmissão e distribuição. Incluía, além de Itaipu, e outros importantes

aproveitamentos hidroelétricos, a segunda e possivelmente a terceira central nuclear, como também a instalação de centrais termoelétricas de complementação.

Ademais, o Plano consistia em um amplo programa de investimentos cujo seus objetivos era transformar a estrutura produtiva e como resposta aos desequilíbrios externos, conduzir o Brasil a uma posição de potência no cenário mundial. Para alcançar os objetivos o II PND traçou metas em eixos centrais, como: modificações na matriz industrial, ampliando a participação da indústria pesada; acentuação da importância da empresa privada nacional; desconcentração regional da atividade produtiva; melhoria na distribuição de renda. (LIMA, 2011)

4 PERSPECTIVAS X RESULTADOS DO II PND

O II PND (1974), elaborado pelo governo Geisel, previa continuar com o crescimento acelerado acima de 10%, mas sem superaquecimento, controlar a inflação e manter em razoável equilíbrio o balanço de pagamentos, com alto nível de reservas, além de desenvolver novas áreas, no Nordeste, na Amazônia e no Centro-Oeste, para impulsionar o desenvolvimento social.

Com isso o programa almejava:

- obter em 1979 uma renda *per capita* nacional acima de mil dólares, um aumento de 100% em relação a década passada.
- Já em 1977, o Brasil ultrapassaria a barreira dos 100 bilhões de dólares em seu PIB, consolidando o país como a oitava maior economia ocidental.

A Tabela 7 apresenta as perspectivas da economia brasileira para 1979, dado os objetivos definidos e a realidade no início do II PND. Esta previsão estava fortemente condicionada à evolução da situação mundial. Pois sabendo da plena capacidade alcançada pelo setor industrial, dos problemas relacionados com a crise de energia e escassez de matérias-primas, e de seus efeitos sobre o balanço de pagamentos seria muito difícil o governo obter um crescimento 10% ao ano.

Tabela 7 – Perspectiva da economia Brasileira: 1979

Indicadores econômicos	Previsão para 1974	Previsão para 1979	Aumento no período
PIB (bilhões dólares)	78	125	61%
PIB Industrial (bilhões de cruzeiros)	212	374	76%
PIB Agrícola (bilhões de cruzeiros)	93	130	40%
População (milhões)	104,2	119,7	15%
População economicamente ativa (milhões)	32,9	38	16%
PIB <i>Per Capita</i> (mil dólares)	748	1044	40%
Investimento em Capital (bilhões de cruzeiros)	196	316	61%
Consumo (bilhões de cruzeiros)	546	847	55%
Exportações (bilhões de dólares)	8	20	150%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do II PND (1974)

Dada a dificuldade internacional, o governo decidiu manter atitudes flexíveis, avaliando, ano a ano, os resultados alcançados, para então fazer os ajustamentos necessários e preservar o crescimento econômico acelerado. O governo tinha essa linha pois para um país que ainda estava construindo sua estrutura industrial, um recuo poderia significar um violento traumatismo, para a

organização empresarial e a viabilização nacional para o desenvolvimento. Para isso taxa de investimento bruto fixo estaria, no período, em torno de 25% do PIB, tendo em vista o nível esperado do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos.

Então com o crescimento acelerado, de acordo com o II PND (1964) o governo previa o seguinte PIB para economia brasileira: a previsão era sair de um pouco menos de 80 bilhões de dólares em 1974 para mais de 120 bilhões em 1979, um aumento de 61%.

No período de 1974-1979 o aumento do PIB foi de quase 50% ficando abaixo da perspectiva do plano que era 61%, pois a média de crescimento do PIB anual nesse período foi de 8,08%. Já a população ficou dentro da perspectiva uma vez que em 1979, possuía uma população de 117 milhões de habitantes.

De acordo com a tabela 8, foi observado um aumento de mais de 50% na renda *per capita* na década de 1970, não alcançando a perspectiva, que era de 100%, mas lançando um grande aumento da renda *per capita* nacional. Esse resultado foi alcançado devido um crescimento médio do PIB de 5% na década de 1970.

Tabela 8 - Evolução do PIB real Per capita brasileiro na década de 1970

Ano	Valores presentes (em 1.000 reais)	Período	Varição média anual real no período
1970	22,55	1970-1980	5,08%
1980	34,03		

Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE

Com isso, a tabela 9 mostra os resultados que o país alcançaria nos seguintes setores da agropecuária, indústria e serviços:

Tabela 9 - Crescimento médio anual esperado na economia brasileira para o período de 1974-1979 (em %)

Setores	Taxa média de crescimento esperada (%)
Agropecuária	7
Industria	12
Serviços	Entre 9 e 10

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do II PND (1974)

Então, se esses resultados fossem obtidos a Indústria teria elevado a sua

participação, no fim do período, para 37% da renda interna.

Essas perspectivas projetadas pelo governo no programa, muitas não conseguiram ser obtidas em decorrência da tentativa do ajuste externo que focou em combater os efeitos da crise internacional.

Observando o que o governo obteve de resultado nos setores da economia em termos de produto (Tabela 10), foi verificado um aumento de quase 50% no período de 1974-1979 no produto industrial, frente a perspectiva de crescimento de 76%. Já o setor agrícola apresentou um resultado bem menor do que o esperado pelo Plano, um crescimento de apenas 26%, frente ao objetivo que era de 40% previsto na tabela 7.

Tabela 10 - Produto por setor da economia brasileira entre 1970-1975 (em %)

Anos	PIB	PRODUTO INDUSTRIAL	PRODUTO AGRICOLA	PRODUTO DO SETOR SERVIÇOS
1970	10,4	11,9	5,6	11,4
1971	11,3	11,8	10,2	11,2
1972	11,9	14,2	4,0	12,4
1973	14,0	17,0	0,1	15,6
1974	8,2	8,5	1,3	10,6
1975	5,2	4,9	6,6	5,0
1976	10,3	11,7	2,4	11,6
1977	4,9	3,1	12,1	5,0
1978	5,0	6,4	-2,7	6,2
1979	6,8	6,8	4,7	7,8
1980	9,2	9,3	9,6	9,2

Fonte: Aatoria própria a partir de dados do IBGE (2003a), apud de Abreu, 2014, p.419

Fica clara a utilização do crédito como forma de financiamento do programa. Entre 1974-1975, de acordo com o observado na tabela 11 o crédito manteve a tendência de forte expansão, e os investimentos públicos previstos no II PND começaram a ser implementados. Dada a expansão do crédito em 1976, o PIB cresceu pouco mais de 10%, estando assim dentro do planejado pelo governo, mas impactou negativamente na inflação, que atingiu 41,9%, fugindo do objetivo de controle da inflação pelo governo.

Tabela 11 - Variação média anual do Crédito no Brasil em dois períodos: início e final do II PND (em %)

Ano	Setor Público	Setor Privado
1974-1978	20,2	14,5
1979-1980	42,1	-15,5

Fonte: Adaptado a partir de dados do IBGE, estatísticas do século XX, apud Giambiagi *et al*, (2011, p. 83)

Ainda em 1976, iniciou-se uma política monetária contracionista, que, no entanto, não impediu que o crédito mantivesse taxas positivas de crescimento real até o fim do governo Geisel. Já no âmbito fiscal, foi adotada uma política de contenção dos gastos da administração pública. No entanto, na contramão dos controles monetário e fiscal, os investimentos das estatais se expandiram demais, elevando a taxa de investimento da economia, bem como a participação do governo na FBCF, que atingiu 40% do total no período de 1974-78, ante 33% no período de 1971-73 como mostra a Tabela 12.

Tabela 12 - Indicadores de variação média da Formação Bruta de Capital Fixo brasileira entre 1970 e 1983

Ano	Em % do PIB	Privado em relação ao total	Governo em relação ao total	Estatal em relação ao total	Bens de capital importados/FBCF (%)
1970	18,8	61,3	23,5	15,1	11,2
1971-1973	20,2	67,2	19,6	13,2	12,3
1974-1978	22,3	59,8	16,4	23,8	8,1
1979-1980	23,5	71,2	10,2	18,5	4,8
1981-1983	22,4	69,7	10,4	20	3,5

Fonte: Adaptado a partir de dados do IBGE, Estatísticas do Século XX, apud Giambiagi *et al*, (2011, p. 83)

Ao longo do governo Geisel, embora houvesse uma preocupação com o processo inflacionário, o objetivo de vencer os desafios do desenvolvimento parece ter predominado na condução da política econômica. No que tange à inflação, o governo não foi capaz de controlar sua aceleração recebendo uma inflação de 12,7% em 1973 e deixando uma inflação de 52,7% ao ano em 1979. Quanto ao PIB, embora abaixo da meta anunciada de 10% e com certa desaceleração em 1977 e 1978, a taxa média anual de crescimento no governo Geisel foi ainda bastante

elevada: 6,44%.

O PSI foi quem norteou a política do II PND durante todo o período Geisel e alguns indicadores mostram claramente essa tendência à substituição de importações dos bens de capital entre as décadas de 1970 e 1980, dado o peso dos bens de capital importados na FBCF no Brasil reduziu-se de 12,3% em média no período de 1971-73 para 3,5% entre 1981-83 (Tabela 12)

Era claro para o governo a importância de manter sob controle a situação do balanço de pagamentos, e superar as dificuldades decorrentes da escassez de vários fatores físicos do crescimento como: investimentos em capital fixo e insumos industriais.

Então, o II PND adotou investimentos de longo prazo de maturação como na produção de petróleo. Baseado nas perspectivas de governo, a evolução das contas do Balanço de Pagamentos entre 1974 e 1984 confirmou as expectativas. Nos anos 1974-1978, percebe-se nítida deterioração na composição do Balanço de Pagamentos como mostra a Tabela 4. Em termos de médias anuais, nesse período: o déficit em conta corrente eleva-se para US\$6,5 bilhões, ante US\$1,2 bilhão no período de 1968-73; parte dessa deterioração deve-se à balança comercial, que sai de uma situação, em média, equilibrada entre 1968-73 para um déficit anual médio de US\$2,3 bilhões entre 1974-1978; e entre os mesmos períodos, deteriora-se a posição financeira do país, tendência expressa no aumento da relação “dívida externa/exportações” (Tabela 13), de 1,8 para 2,5.

Tabela 13 – Indicadores Macroeconômicos brasileiro do período de 1974-1980

Indicadores	1974-1978	1979-1980
Inflação (%a.a)	37,8	93
Tx de crescimento das exportações (%a.a)	15,3	26,1
Tx de crescimento das importações (%a.a)	17,2	29,5
Balança Comercial (milhões de dólares)	-2.283	-2.831
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	-6.548	-11.724
Dívida externa líquida/exportações	2,5	2,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Bacen, apud Giambiagi et al, (2011, p. 86)

No final do governo Geisel e início do governo Figueiredo (1979-1980), o aumento do déficit em conta corrente é explicado, predominantemente, pelo

aumento das despesas financeiras; então o superávit da conta de capital não é mais suficiente para financiar o elevado déficit em conta corrente, deixando o Balanço de Pagamentos com déficit médio de US\$3,3 bilhões/por ano. A tendência do Balanço de Pagamentos nesse período reflete o choque externo do segundo choque do petróleo e o aumento dos juros no mercado financeiro internacional, que se acentuaria com a crise da dívida em 1983.

Os investimentos em outras fontes de matriz energética, substituição da gasolina (Proálcool) e políticas de diminuição do consumo de combustíveis, gerou impactos, pois o peso do petróleo importado no consumo final de petróleo no Brasil, que foi crescente até 1979, quando atingiu 86%, caiu para 77% em 1983 na pauta de importações de acordo com a tabela 3, porém, o peso dos combustíveis (derivados de petróleo) só começou a ser reduzido de forma importante a partir de 1986. Essa queda relativa nas importações de petróleo refletiu também outro efeito estrutural do II PND: a substituição do insumo na matriz energética brasileira, cuja participação reduziu-se de 43% em 1978 para 34% em 1983.

O significativo aumento da taxa de crescimento das exportações (Tabela 13) se deu pelos efeitos do II PND. O *quantum* de exportações cresceu continuamente a partir de 1978, à exceção apenas do ano de 1982 (que foi o auge da recessão internacional provocada pelo segundo choque do petróleo e pelo aumento dos juros externos), obtendo um crescimento real das exportações superior às taxas de crescimento real do PIB. Além disso, a composição da pauta de exportações brasileira passou por mudanças importantes a partir do II PND: o peso dos bens básicos nas exportações totais reduziu-se continuamente desde então (de 65% em 1973 para 32% em 1984), sendo essa queda inteiramente compensada pelo aumento do peso relativo dos bens manufaturados (de 23% para 56% no mesmo período).

A perspectiva de aumento das exportações era de 150% no período, logo o que aconteceu foi um aumento de aproximadamente 120% de acordo com a tabela 13, ficando bem próximo do objetivo do governo.

Em suma, os objetivos e perspectivas de mudança estrutural que motivaram o II PND foram, em geral, alcançados. No entanto, houve grandes custos macroeconômicos. Deixando assim, um grande legado estrutural e de diversificação das exportações para a década de 1980, como também, um elevado endividamento externo.

A Tabela 14 apresenta a dívida externa durante o período do II PND e

mostra que a dívida foi crescente em todo período, como também as reservas se mantiveram estáveis.

Tabela 14 - Endividamento Externo brasileiro 1974-1979 (em U\$ Milhões)

Discriminação	1974	1975	1976	1977	1978
(a) Dívida externa bruta	20.032,00	25.115,00	32.145,00	37.951,00	52.187,00
(b) Dívida externa líquida	14.762,90	21.075,00	25.501,00	30.695,00	40.292,00
(c) Reservas	5.269,10	4.040,00	6.544,00	7.256,00	11.895,00
Razão entre (a) e (c)	3,8	6,22	4,51	5,23	4,39
Razão entre (b) e (c)	2,8	5,22	3,31	4,23	3,39

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB, apud Ferreira, 2021, p. 318-326

5 CHOQUE ADVERSO DO PETROLEO EM 1970 x 2022

Assim como em 1973, quando aconteceu o primeiro choque do petróleo, o Brasil vivenciou, em 2022, algo semelhante, quando ocorreu a guerra entre Rússia e Ucrânia, gerando aumentos consecutivos no preço do petróleo, pois, a Rússia sofreu sanções, reduzindo assim a oferta de combustíveis no mercado internacional e fazendo com que o preço subisse mais de 40% entre janeiro e maio de 2022.

Tabela 15 - Preço do Petróleo internacional em 2022 mês a mês (em U\$)

Mês	Preço do Barril (em US\$)
Janeiro	78,25
Fevereiro	90,24
Março	110,93
Abril	106,13
Maio	108,36
Junho	122,20
Julho	119,21
Agosto	106,09
Setembro	92,24
Outubro	90,68
Novembro	95,12
Dezembro	86,28

Fonte: Adaptação de dados do Ipeadata, 2022

Tabela 16 - Preço do Petróleo internacional em 1973 mês a mês (em U\$ corrigido pela inflação usando o CPI)

Mês	Preço do Barril (em US\$)
Junho/1973	23,98
Julho/1973	23,92
Agosto/1973	28,45
Setembro/1973	28,39
Outubro/1973	28,14
Novembro/1973	27,95
Dezembro/1973	27,77
Janeiro/1974	64,59
Fevereiro/1974	63,76
Março/1974	62,97
Abril/1974	62,70

Fonte: Adaptado de Macrotrends, Crude Oil Prices - 70 Year Historical Chart, disponível em: www.macrotrends.net, Acesso: 15/dez./2022.

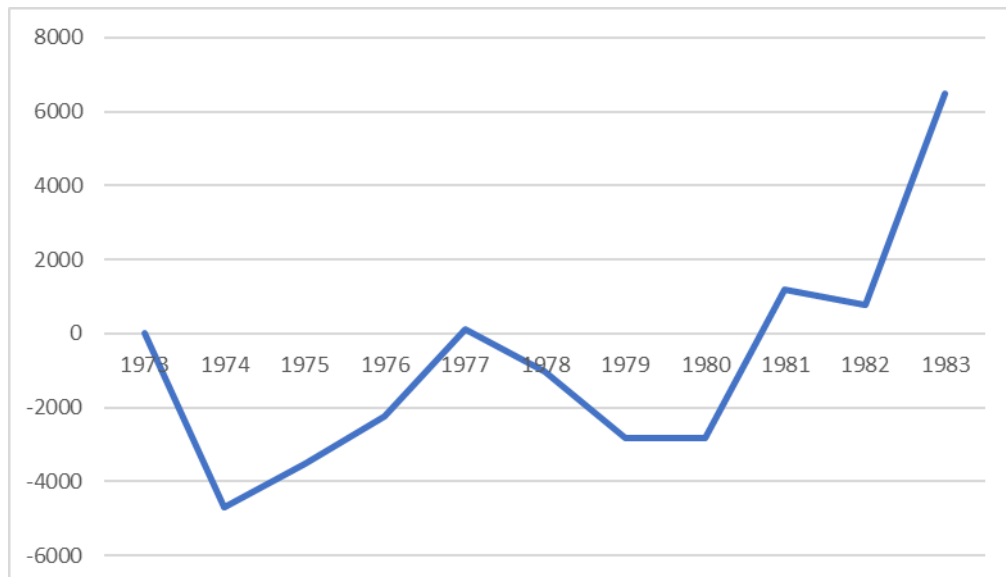
Comparando a Tabela 16 com a tabela 15, nota-se que houve um choque em ambos os casos, sendo o choque de 1973 mais agressivo visto que entre junho de 1973 a abril de 1974 o preço do barril mais que dobrou, já em 2022, entre janeiro e junho o barril subiu 56%.

Dado o choque adverso do petróleo, aconteceram algumas semelhanças e diferenças entre os dois períodos, pois o país estava vivenciando conjunturas

internas e externas diferentes.

A primeira semelhança, obtida pelos dois governos, foi o aumento da inflação, mas suas causas foram diferentes. Em 1973, o Brasil era uma economia emergente muito dependente do mercado externo, pois tinha as exportações concentradas em produtos primário e bens não duráveis de pouca especialização de mão de obra que financiava a importação de bens especializados e de petróleo. A tabela 3 nos mostra que na década de 1970 o governo produzia pouco petróleo refinado, cerca de 80% do petróleo utilizado internamente era importado. Com o aumento do barril de petróleo e a sua baixa elasticidade de preço - pois, combustível se trata de um bem essencial - houve um estrangulamento da balança comercial como mostra no gráfico 1.

Gráfico 1 - Balança Comercial Brasileira 1973-1983 (US\$ 10⁶)

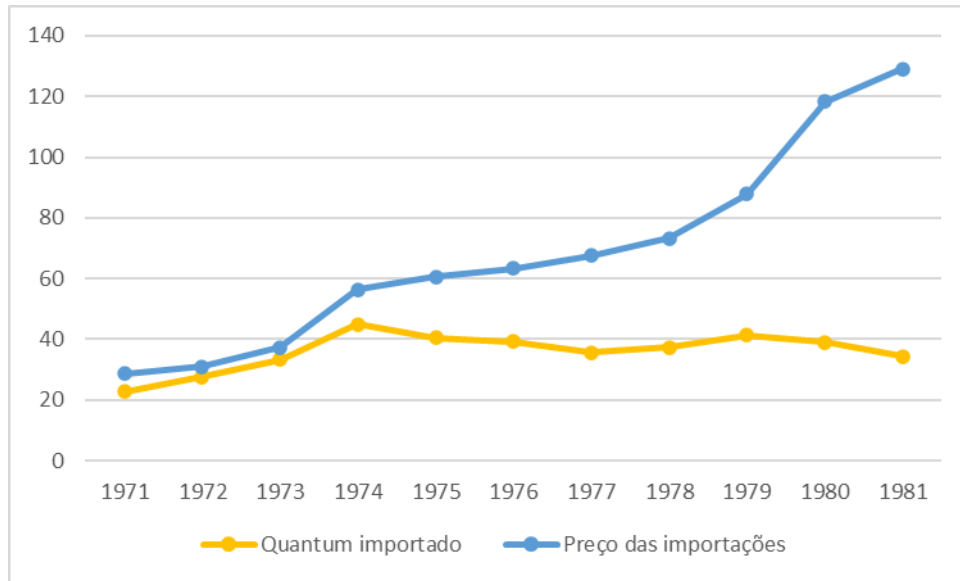


Fonte: Adaptado a partir de dados do Banco central, Apud Abreu, 2014, p.419

Esse comportamento do gráfico 1 é observado já que os preços dos produtos importados subiram em virtude do choque do petróleo, enquanto o *quantum* importado permaneceu estável.

O gráfico 2 compara essa relação entre o *quantum* importado e o preço de importação, para mostrar que dada sua dependência ao mercado externo, o país teve dificuldade de reduzir suas importações e assim virando refém do choque do preço dos importados.

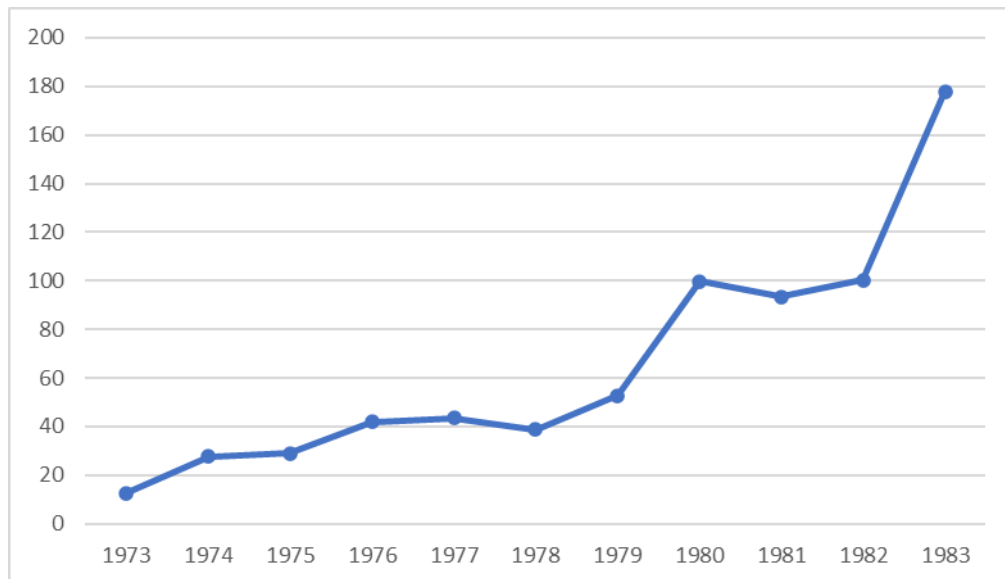
Gráfico 2 - Quantum x Preço dos importados de 1971-1981 (1995=100 US\$)



Fonte: Adaptado a partir de dados do IBGE (2003a), apud Abreu, 2014, p.421-422

Com isso, os preços internos aumentaram consideravelmente causando inflação como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3 - Inflação brasileira 1973-1983 (em %)

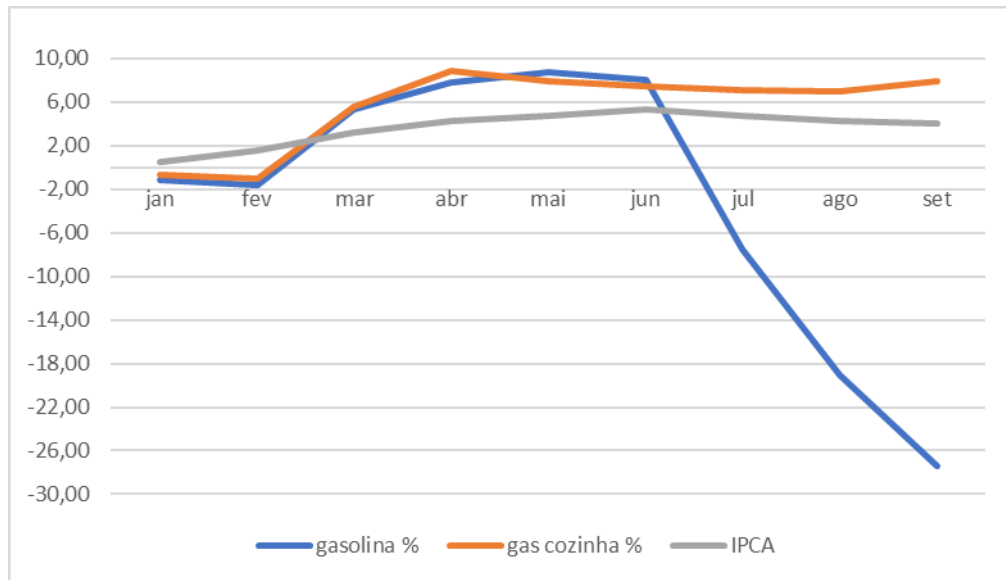


Fonte: Adaptado a partir de dados do IBGE (1990), Ipeadata, apud Abreu, 2014, p. 422

O gráfico 3 mostra o impacto da inflação no Brasil após o choque em 1973 que fez perdurar a inflação até a década de 80 quando se estabilizou dados os investimentos de longo prazo, mas logo voltou a subir dado o segundo choque do petróleo.

Já em 2022, a Petrobras, maior empresa produtora de combustíveis do Brasil tinha em sua composição de preços a adoção de paridade de preço internacional (PPI). Mesmo devido ao alto investimento estatal, que possibilitou uma menor dependência internacional do petróleo, a política de preços que se baseia no preço do barril vendido no mercado internacional, juntamente com a privatização da refinaria Landulpho Alves na Bahia, diminuíram a capacidade do país de controlar o preço de derivados do petróleo após um choque, deixando assim a economia vulnerável uma vez que aumenta a dependência desses bens a preços mais altos, causando inflação como mostra o gráfico 4 que compara o aumento da gasolina e da energia (derivados do petróleo) com o aumento da inflação.

Gráfico 4 – Variação do IPCA e dos preços dos combustíveis no Brasil entre janeiro e setembro de 2022 (%)



Fonte: a partir de dados do IBGE

O gráfico 4 mostra uma correlação entre o IPCA que tem uma tendência crescente após fevereiro assim como a gasolina e o gás de cozinha. Após junho, a inflação apresenta uma tendência decrescente assim como a gasolina e o gás de cozinha. Essa diminuição dos preços foi causada não apenas pela diminuição do barril de petróleo, mas também pela diminuição tributária do ICMS que incidia nos combustíveis, por meio da Lei Complementar 194, de 2022.

Para contornar esse choque adverso do petróleo, ambos os governos adotaram políticas de curto e longo prazo para diminuir o consumo de combustível.

Em 1970, a diminuição do consumo teria que acontecer para melhorar os saldos da balança comercial que estava negativa, então, de acordo com o II PND

(1974) a política de curto prazo foi repassar o custo para os preços de derivados de petróleo, no sentido de reduzir a demanda de petróleo e evitar o desperdício, outra medida de curto prazo foi a reeducação dos limites de velocidade de veículos e adoção de tecnologias poupadoras de energia, particularmente na indústria e em áreas de infraestrutura. Essa política surtiu efeito como observado no gráfico 1 em que a partir do choque o déficit da Balança Comercial foi diminuindo durante a década de 1970.

Já as políticas de longo prazo, de acordo com o II PND (1974), foram: investimentos em programa de prospecção e produção de petróleo, política de deslocamento progressivo do transporte de grandes massas para os transportes ferroviários, após sua construção e por último o Proálcool que possibilitaria a adição de álcool à gasolina e assim diminuiria a dependência externa e o preço já que se tratava de um bem substituto de menor custo de produção. Com isso, a partir da década de 1980 a balança comercial começou a obter superávits (como mostra o gráfico 1) mesmo com o segundo choque do petróleo, pois o país estava menos dependente do consumo de petróleo.

Em 2022, o principal problema não foi a balança comercial como em 1973, já que o país não possuía o mesmo nível de dependência internacional e sim a inflação devido a adoção da política de preços da Petrobras, com os aumentos dos barris repassados para as bombas de combustíveis e assim, juntamente com o aumento dos alimentos e da energia, foram os principais responsáveis de gerar uma inflação acima de 10% no mesmo ano.

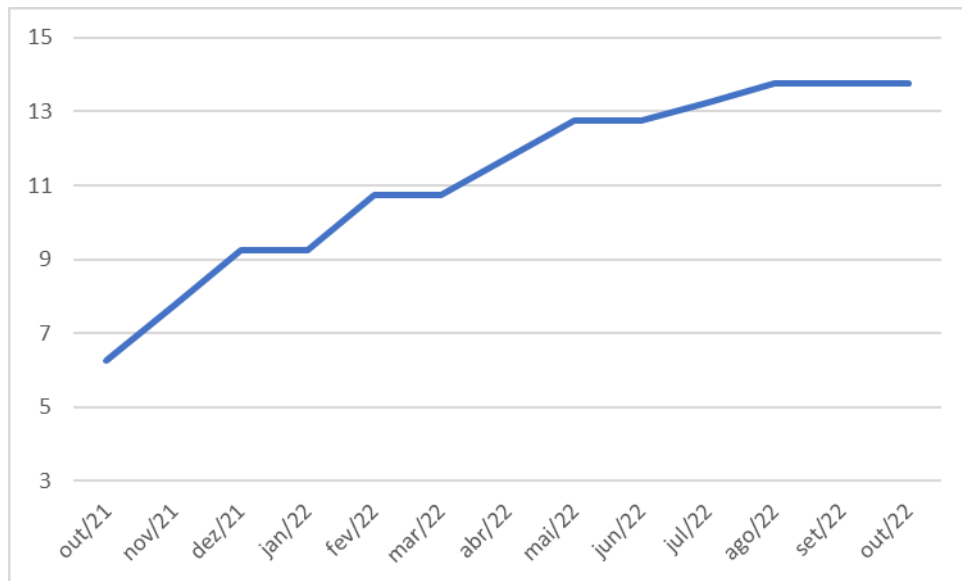
A inflação ocorrida no Brasil foram predominantemente uma inflação de oferta, uma vez que o aumento do preço dos combustíveis afetou os preços dos transportes rodoviários, pois é o modal mais utilizado para escoar a produção no país. Além da elevação no valor do transporte, em 2022, a energia também impactou no custo de produção, elevando assim o preço dos produtos.

Para isso, o governo rapidamente adotou políticas de curto prazo zerando imposto federal e baixando o imposto estadual sobre combustíveis (Lei complementar 192 e 194), telefonia e energia, causando deflação em julho, agosto e setembro de 2022, reduzindo o acumulado da inflação do ano de 5,37% para 4,04%; Já que a elevação da taxa de juros serve para controlar a inflação de demanda impactando consumo e investimento no médio e longo prazo, a elevação da taxa de juros demora de 8 a 10 meses para surtir efeito de redução da inflação.

Em 2022, o governo adotou juros mais altos em busca de conter consumo

e investimento e assim controlar a inflação, como mostra o gráfico 5.

Gráfico 5 - Taxa de Juros SELIC out-2021 a out-2022 (%)

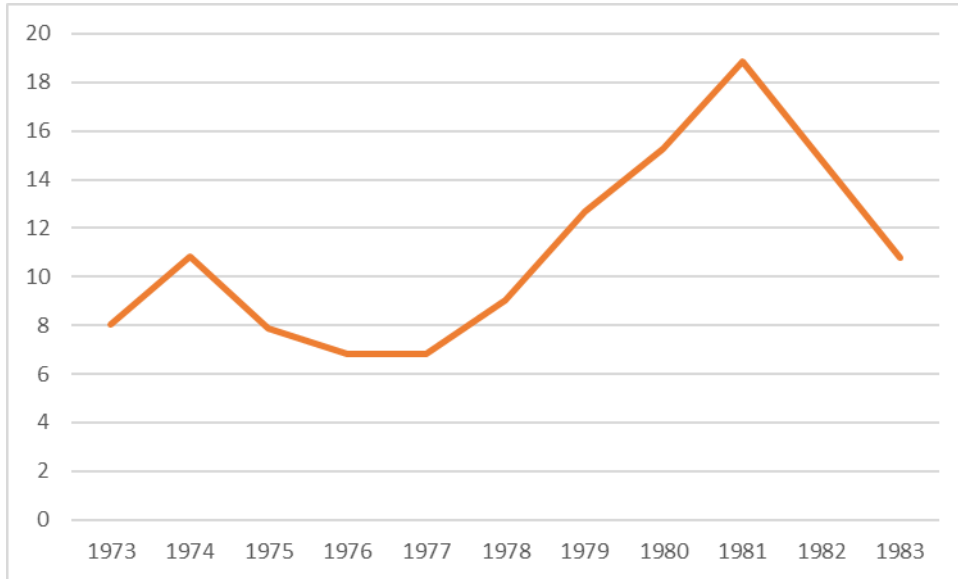


Fonte: A partir de dados do IBGE

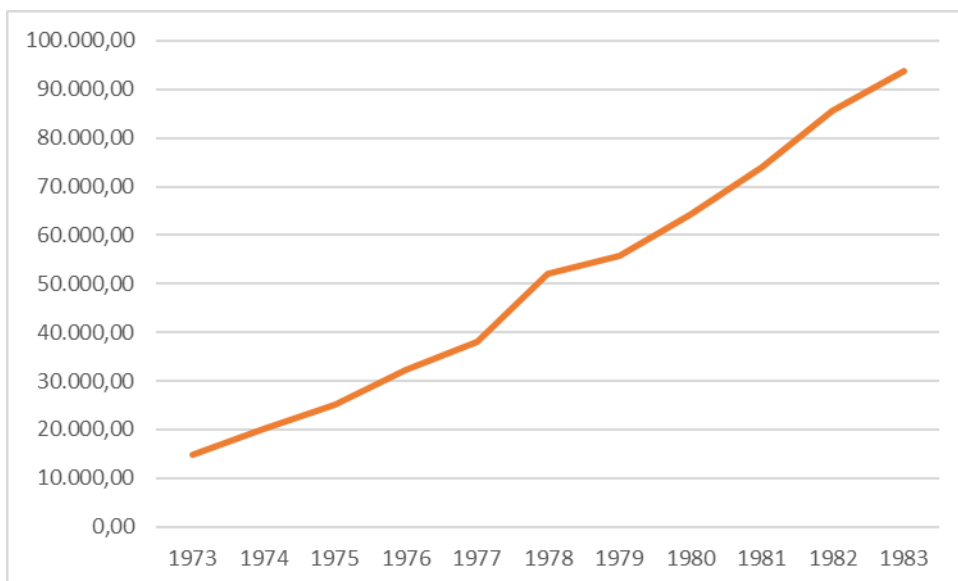
O gráfico 5 deixa claro a tentativa de controle da inflação por meio do aumento dos juros dobrando no período de 12 meses, saindo de 6,25% em outubro de 2021 para 13,75 em outubro de 2022, o que diminuía a tomada de crédito.

Já a respeito do crédito no II PND, foi observado um aumento, em busca de proporcionar investimento nas estatais, por meio de crédito subsidiado, além da entrada do crédito internacional devido à grande liquidez gerada pelos petrodólares.

O gráfico 6 mostra uma redução na taxa de juros americana entre 1974-1977, período do II PND, esse baixo juro internacional favoreceu o endividamento externo para manter o nível de investimento previsto no plano nacional do governo Geisel como mostra o gráfico 7.

Gráfico 6 - Taxa de juros americana (Prime) entre 1973-1983 (%)

Fonte: Adaptado a partir de dados do Federal Reserve Board, apud Abreu, 2014, p.422

Gráfico 7 - dívida externa Brasileira entre 1973-1983 (U\$ 10^6)

Fonte: Adaptado a partir de dados do Banco Central, apud Abreu, 2014, p.421

Esse endividamento externo resultou em uma política heterodoxa de gastos do governo, em busca de vencer a crise, financiando os juros subsidiados pelo BNDE e os investimentos de longo prazo das estatais para acelerar o crescimento e alcançar os objetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Já em 2022 o governo adotou políticas mais ortodoxas a caminho do controle inflacionário, como juros mais elevados, na tentativa de superávit das contas públicas e um controle da emissão monetária.

Tomando como parâmetro a inflação, como os dois governos adotaram políticas macroeconômicas diferentes, foram obtidos resultados divergentes. Como visto, na década de 1970 um descontrole inflacionário e, em 2022, uma política mais voltada para a estabilização.

Com isso observa-se que as medidas de curto prazo não tiveram efeito de reduzir a inflação, apenas no início dos anos 1980, após o segundo choque do petróleo, que, devido aos investimentos de longo prazo e maior produção interna o impacto foi menos agressivo na inflação.

Ademais, esse estudo constata que o II PND se trata de um ajuste estrutural com uma serie de investimentos em busca de melhorar a situação da balança comercial, obtendo resultado na produção de petróleo e na produção de bens de capital, enquanto em 2022 após o choque da guerra o país decide por um ajuste conjuntural de curto prazo, com a tentativa de diminuição da inflação, adotando corte de imposto para combate imediato da inflação de oferta e aumento da taxa de juros para diminuição de consumo e investimento impactando a negativamente a inflação de demanda.

6 CONCLUSÃO

O II PND nasce com uma proposta central elaborada, com diversos planos sociais e de controle das variáveis econômicas com o intuito de atacar a crise do choque adverso do petróleo que desequilibrou o balanço de pagamento dos países dependentes do petróleo, em geral, os países emergentes como o Brasil, para isso o plano elaborou um ajuste estrutural da economia brasileira.

Neste estudo mostramos que o II PND, tinha o objetivo de atacar o setor de bens de capital, bens intermediários e principalmente energia, pois eram fatores impeditivos para o crescimento da indústria brasileira. Isto posto, com a Política de Substituição de Importação, houve um crescimento acelerado de mais de 6% a.a, mas que não conseguiu alcançar a meta de 10%. Houve também uma diminuição da dependência da importação de bens de capital e dos bens intermediários, saindo respectivamente de 6,19% e 1,99% em 1974 para 3,84% e 1,46% em proporção do PIB. Já na energia o país só conseguiu reduzir sua dependência do petróleo na década de 1980. Foi apurado pelo trabalho que esses resultados geraram um superavit em 1981 no balanço de pagamentos e uma inflação de 52,7% ao final do governo em 1979.

Já em 2022 foi analisado que o país não seguiu os mesmos passos da década de 1970, pois nesse foram adotadas medidas ortodoxas de curto prazo com o intuito de melhorar a conjuntura, como a diminuição dos impostos que ajudaram a controlar a inflação, mas não houve alteração na política de preço e muito menos na diminuição da dependência do petróleo, fato esse que uma nova onda de alta dos preços pode gerar mais inflação e a diminuição de arrecadação pode gerar aumentos de impostos no futuro.

Para possibilitar o II PND percebeu-se a importância da década de 1930, pois o país vivenciou a primeira Substituição de Importação a um choque adverso, conseguindo proteger a indústria nascente e suprindo os bens não duráveis na economia interna, já que o país não possuía divisas para importar. Essa experiência foi bem sucedida, além de ser primeira experiência desenvolvimentista com alto grau de industrialização.

A década de 1950 foi marcada pelo Plano de Metas no governo JK, que focou na Substituição de importação dos bens duráveis, mas dessa vez com o intuito de exportar. Esse período também antecedeu o II PND e serviu de experiência para

a elaboração de um outro plano na década de 1970, como também alavancou a indústria nacional.

Contudo, a partir de 1964 o PAEG iniciou suas reformas com a política do *stop and go* e ajudou a organizar o país para dar início ao milagre econômico, que desfrutou dessa estabilidade e de um forte endividamento externo obtendo um crescimento econômico acelerado e uma inflação estável.

Então nesse contexto nacional o governo Geisel iniciou o II PND, enquanto no contexto internacional foi iniciado com choque do petróleo de 1973 que elevaram os preços internacionais do petróleo.

Geisel possuía alguns dilemas, como a adoção de uma política ortodoxa para combater a conjuntura econômica internacional, como sinalizava Simonsen, ou partia para uma política mais heterodoxa de ajuste estrutural, como já estava no planejamento e defendida por Velloso.

Dado isso, o II PND traçou objetivos e conseguiu alcançar boa parte de suas metas tanto estrutural quanto nos indicadores macroeconômicos, mas com a subida dos juros e o segundo choque do petróleo em 1979, o governo não conseguiu dar continuidade ao Programa de Desenvolvimento, mas os investimentos de longo prazo do II PND resultaram em uma relevante diversificação da estrutura industrial brasileira que, surtiu efeito nos anos 1980, após a sua maturação. Enquanto em 2022 esse estudo mostrou que para vencer o choque adverso não houve uma elaboração de política estrutural de longo prazo, além das medidas de curto prazo, para que houvesse um novo modelo de crescimento/desenvolvimento para o Brasil - como foi o PSI no passado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930 – 1945. In: Abreu, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 79-103, 2014
- BAER, Werner. **A economia política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BASTOS, Vânia Lomonaco; SILVA, Maria Luiza Falcão. **Para entender as economias do terceiro mundo**. Brasília: Editora UNB, 1995.
- BENATTI, Adriana Souza. **Processo de Substituição de Importação: Uma Estratégia de Desenvolvimento para a América Latina Experiências Comparadas – Brasil e México (1929-1980)**. Tese (Mestrado em Economia) – Programa de pós graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- BOARATI, Vanessa. **A Discussão entre os Economistas na Década de 1970 sobre a Estratégia de Desenvolvimento Econômico II PND: Motivações, Custos e Resultados**. São Paulo, FEA/USP, 2003, Tese (Mestrado), Programa de Pós Graduação em Economia, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, 1994.
- CARDOSO, Eliana; HELWEGE, Ann. **A economia da América Latina**. Ed. Ática, 1993.
- CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CAVARZAN, Gustavo Machado; RACY, José Caio. **II PND: as peculiaridades da estratégia brasileira durante a crise internacional dos anos 1970**. Revista de Economia Mackenzie, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 52-66, 2011.
- COLISTETE, Renato Perim. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 21-34, 2001.
- COSTA FILHO, Adonias Evaristo da. **Incerteza e atividade econômica no Brasil**. Economia Aplicada, v. 18, n. 3, p.421-453 2014.
- DIB, Maria de Fátima Serro Pombal. **Importações Brasileiras: Política de controle e determinantes da demanda**. Rio de Janeiro: BNDES, 1985.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**. Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ECHEVARRÍA, José Medina. **Considerações sociológicas sobre o desenvolvimento econômico da América Latina**. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo.

Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. v.1. São Paulo: Editora Record, p.423-450, 2000.

FERREIRA, Luciana da Silva. A política Econômica do Governo Geisel: Do II PND ao Endividamento Externo. In: ARAÚJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de Mattos. **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: Novas interpretações**. São Paulo: Hucitec editora, 2021.

FIORI, José Luís. **Reforma ou Sucata: O dilema estratégico do setor público brasileiro**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 1993

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1981.

GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia brasileira contemporânea [1945-2010]**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE 1990; 2003a. In: Abreu, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 404-411, 2014

LAGO, Luiz Aranha Correa do. A retomada do crescimento e as distorções do “MILAGRE”, 1967-1974. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 211-239, 2014.

LAMONICA, Marcos Tostes; FEIJÓ, Carmen Aparecida. **Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor**. Revista de Economia Política, Recife, v. 31, n 1, 121 ed, p. 118-138, 2011.

LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e indústria do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LIMA, Saulo de Castro. **Da substituição de importações ao Brasil Potencia: Concepções do desenvolvimento 1964-1979**. Revista Aurora, São Paulo, v.4, n.1, p.34-44, 2011.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. **História Econômica e social do Brasil, o Brasil desde a república**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

NETTO, Dionísio Dias Carneiro. **Crise e Esperança, 1974 -1980**. In: ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 241-262, 2014.

NUNES, António José Avelãs. **Industrialização e Desenvolvimento: A economia**

política do modelo Brasileiro de desenvolvimento. Quartier Latin do Brasil, São Paulo, 2005.

MACROTRENDS. Crude Oil Prices - 70 Year Historical Chart. Sociologias. Disponível em: <<https://www.macrotrends.net/1369/crude-oil-price-history-chart>> Acesso em: 15 dez. 2022.

MANTEGA, Guido. **O Governo Geisel, O II PND e os Economistas.** São Paulo: Eaesp/Fgv/Npp – Núcleo de pesquisa e publicações, 1997.

OLIVEIRA, Odete Maria de et al. **Paradigma das relações internacionais.** 3.ed. Rio Grande do Sul: Unijui, 2011.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. DEMOCRACIA COM DESENVOLVIMENTO, 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 157-177, 2014.

PREBISCH, Raul. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas.** In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. v.1. São Paulo: Editora Record, p.373-422, 2000.

RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma, 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 197-211, 2014.

SAES, Flavio A. M. de. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 3, n. 7, p. 20-39, set./dez. 1989.

SKIDMORE, Tomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SUZIGAN, Wilson. **Estado e industrialização no Brasil.** Brazilian Journal of Political Economy, São Paulo v. 8, p.5-16, 1988.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importação ao capitalismo financeiro.** 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

TEXEIRA, Alberto. **Planejamento público de Getúlio a JK.** 2 ed. Fortaleza: Edições Implance, 1997.

VERSIANI, F.; SUZIGAN, W. **O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 10., 1990, Louvain. Anais... Louvain, 1990.

VIANNA, Sérgio Besserman. Duas tentativas de estabilização, 1951-1954. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 121-142, 2014.

